

UNIVERSIDADE TIRADENTES

JULIANA PATRÍCIA DA SILVA

THAÍSE VIEIRA ALVES

**GÊNERO NA UNIVERSIDADE: A CONDIÇÃO
FEMININA NA UNIVERSIDADE TIRADENTES
CAMPUS PROPRIÁ-SE**

Propriá

2011

JULIANA PATRÍCIA DA SILVA

THAÍSE VIEIRA ALVES

**GÊNERO NA UNIVERSIDADE: A CONDIÇÃO
FEMININA NA UNIVERSIDADE TIRADENTES
CAMPUS PROPRIÁ-SE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Tiradentes
como um dos pré-requisitos para a
obtenção do grau de bacharel em Serviço
Social.

ORIENTADORA: PATRÍCIA SANTOS SILVA

Propriá

2011

JULIANA PATRICIA DA SILVA

THAÍSE VIEIRA ALVES

**GÊNERO NA UNIVERSIDADE: A CONDIÇÃO FEMININA NA
UNIVERSIDADE TIRADENTES CAMPUS PROPRIÁ-SE**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes-UNIT, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Aprovada em ___/___/_____.

Banca Examinadora

Patrícia Santos Silva

Nelmires Ferreira da Silva

Lenalda Vieira Moraes

Dedicamos este trabalho primordialmente a Deus, aos nossos pais, mães, filhos e irmãos pelo apoio e incentivo e aos amores e amigos que estiveram presentes em todos os momentos dessa importante etapa das nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças:

A vida universitária inicia uma longa jornada, esta marcada por momentos que nos proporcionam os mais diversos sentimentos sejam de frustrações, impotência, ansiedade, tristeza, mas também de alegrias e realizações entre outros que são fundamentais para nossa formação tanto profissional quanto do caráter humano.

Nunca vou esquecer-me das palavras das palavras da professora no primeiro dia de aula “não passem pela universidade sem aproveitar a vida dentro dela”. Hoje eu sei o que ela quis dizer com isso, eu vivi a universidade passei por muitos momentos dentro dela conheci pessoas maravilhosas, amigos de verdade que contribuíram direta e indiretamente para que eu chegasse até aqui e graças ao Pai Celeste fonte inesgotável de sabedoria eu consegui.

Dedico e agradeço aos meus pais Sônia e Edmilson pessoas que viabilizaram tanto a minha vida, quanto a minha formação abdicando muitas vezes dos seus sonhos em prol dos meus, não poupando esforços por minha felicidade. AMO VOCÊS!

A professora e orientadora Patrícia que em breve se tornara colega, obrigado pela paciência e pelos conhecimentos transferidos em mim enquanto aluno de serviço social.

E por fim e não menos importante aquelas que considero como amigas: Clara, Laiza que apesar de não concluirmos juntos vocês não saiam do meu pensamento.

SAUDADE! E é claro Thaíse que me acolheu para que ao seu lado pudéssemos elaborar este projeto.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças:

Primeiramente a **Jesus**, pois sempre está comigo em todos os momentos e jamais me abandona. Sempre me dá forças para prosseguir mesmo diante das dificuldades e com todas as minhas falhas, até mesmo eu estando incerta de sua presença. Ele, independente de acreditarmos ou não em sua presença, provou de forma concreta que apóia sempre seu irmão, principalmente quando este pensa não haver mais saída.

À minha **família**, pois sempre me conforta nas dificuldades e limitações, contribui com tudo o que faço, me aconselha, me guia, dá força, acompanha em meu caminho, me dando apoio, amor e proporcionando muita alegria, independente de meus defeitos, e jamais me abandona. Estes são Meus pais Nilson e Silinha, minhas irmãs Tati e Tâmara e meu avô Maurino, que sempre estão comigo, e eu não tenho nem palavras pra expressar todo este companheirismo. Entre outras pessoas que direta ou indiretamente me deram apoio e seria uma imensa lista se eu falar seus nomes.

A meu namorado **Betinho**, por toda atenção, apoio e paciência, por me mostrar que sou capaz de construir coisas boas.

Também a **meus amigos** pois me mostraram o lado bom da vida, contribuindo para que eu seja hoje uma pessoa um tanto realizada.

A meu tio- e patrão- **Rogério** pela paciência diante das minhas falhas devido à preocupação com minha vida acadêmica.

A **Cristiane, Pricylla e Edileuza**, minhas Supervisoras de estágio, por todas as possibilidades oferecidas para a aprendizagem no ensino e na prática sobre o Serviço Social e a ação profissional do Assistente Social.

A todos os **professores**, principalmente Patrícia, pela disciplina, pelo amadurecimento como futura profissional que me proporcionaram. Também pela paciência que tiveram comigo em minhas limitações.

A **meus colegas**, especialmente **Juliana**, que me ensinou a trabalhar em grupo, a valorizar mais a idéia do outro, pela contribuição imensa e por acreditar no nosso trabalho.

E a mim, **Tháise**, pois acreditei em meu potencial, estudei, construí, mesmo cansada, mesmo acordada em plena madrugada. Sem esta pessoa este trabalho seria diferente, pois cada um tem suas qualidades, modifica as coisas, deixa um pedaço de si.

RESUMO

Ao longo de uma história repleta de experiências de desigualdades, seres humanos vivenciaram muita exploração e dominação por parte de algumas pessoas dotadas de poder. Ao lado disto, uns foram excluídos da condição de cidadãos, aceitando a situação ou lutando pela emancipação. A classe feminina esteve enquadrada no lado dos dominados, o que não significou que não houvesse questionamento, nem exceções. Assim, muitas mulheres lutaram com o passar do tempo para conquistar direitos até então negados às mesmas. Porém, ao tempo em que aconteciam as lutas foram criadas condições para que o sistema do patriarcado permanecesse. Com o surgimento da sociedade industrial a mulher teve espaço para ser inserida no mercado de trabalho. Porém, o modo de produção capitalista soube se utilizar do patriarcado, explorando a mulher não apenas como parte da classe trabalhadora, mas pelo fato de ser do sexo feminino. Então, a mulher vai se incorporando aos movimentos da classe trabalhadora para buscar direitos trabalhistas. No século XX ela recebe influências do feminismo, que busca desmistificar o velho patriarcado, mostrando de forma crítica a exploração da mulher, ao passo que através de pesquisas retrata a mulher como construído socialmente, e como ser humano capaz assim como os homens e, portanto merecendo ocupar espaços até então masculinizados. É assim em postos de trabalho, em cursos do ensino superior, na vida doméstica, não mais como dona-de casa, mas como chefe de família. Através da educação conseguiu se especializar e batalhar de forma igualitária por melhores condições de emprego e conseqüentemente terem melhores condições de vida. Mesmo com o domínio masculino em virtude do sistema patriarcal, muitas mulheres lutaram pela garantia

dos seus direitos e para que o preconceito a discriminação e a violência fossem punidas de forma mais concreta. A mulher hoje pode ser considerada um ser polivalente e que se faz necessária para as transformações do mundo capitalista, das legislações, nas políticas públicas. Dentro desta perspectiva, as universitárias da Universidade Tiradentes do Campus Propriá foram entrevistadas para mostrar como é a vida de uma mulher no século XXI, universitária, que trabalha e convive no seio familiar a fim de revelar as relações de gênero na família, no trabalho e suas influências na vida acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Patriarcado, gênero, Políticas públicas para mulheres, mulher no mercado de trabalho, mulher na universidade.

ABSTRACT

Throughout a history full of experiences of inequality, human beings have experienced a lot of exploitation and domination by a few people with power. Beside this, some were excluded from the citizens, accepting the situation or fighting for emancipation. The class was framed in the female side of the dominated, which meant that there was no questioning, no exceptions. So many women struggled over time to acquire rights previously denied to them. However, the time when the fights took place conditions were created for the system of patriarchy remained. With the emergence of industrial society the woman had space to be inserted in the labor market. But the capitalist mode of production known to use the patriarchy, exploring not only the woman as part of the working class, but because it is female. Then the woman will be incorporating the movements of the working class to seek workers' rights. In the twentieth century it has been influenced by feminism, which seeks to demystify the old patriarchy, showing critically the exploitation of women, while through research portrays women as socially constructed, and as a human being capable as men and therefore deserving occupy spaces hitherto masculinized. Thus in jobs in higher education courses, home life, not as a stay-at home, but as head of household. Through education could specialize and strive equally for better conditions of employment and therefore have better living conditions. Even with the male dominance because of the patriarchal system, many women fought for their rights and guarantee that the prejudice to discrimination and violence were punished more concretely. A woman today can be considered to be a versatile and that is necessary for the transformation of the capitalist world, of laws, public policies. Within tris

perspective, the university's campus Propriá Tiradentes University were interviewed to show how the life of a woman in the twenty-first century university, who works and lives in the family to reveal gender relations in family, work and their influence on academic life.

KEYWORDS: Patriarchate, gender, public policies for women, women in the labour market, woman at the university.

LISTAS

LISTA DE TABELAS

1 - Número de alunos matriculados por sexo.....	72
---	----

LISTADE GRÁFICOS

1 - Gráfico 1 - Profissão das entrevistadas.....	74
2- Gráfico 2 -Comparação entre salário de mulheres casadas em relação ao de seu cônjuge.....	75
3-Gráfico 3-Esposos que colaboram com as tarefas domésticas.....	76
4-Gráfico 4 - Nível de rendimento nos estudos das entrevistadas.....	78

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 BREVE HISTÓRICO DA MULHER NA SOCIEDADE.....	21
3 LUTAS FEMININAS E ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL.....	30
3.1 Lutas femininas.....	33
3.2 Breve histórico do feminismo no Brasil.....	39
3.3 Mulheres e políticas públicas no Brasil.....	48
4 A MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	53
4.1 A inserção da mulher no mercado de trabalho.....	54
4.2A inserção da mulher no ensino superior.....	67
5 A MULHER DA UNIVERSIDADE TIRADENTES CAMPUS PROPRIÁ/SE.....	71

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....84

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....88

1 INTRODUÇÃO

“Gênero na universidade: a condição feminina na Universidade Tiradentes Campus Propriá-SE” é o tema deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que destaca a luta feminina para alcançar hoje espaços em várias instâncias da vida social e reconhecimento de seu valor, não superior nem inferior ao homem, mas digna de estar ao lado deste como sujeitos transformadores da sociedade, lutando pela igualdade de gênero garantindo oportunidades no mercado de trabalho através da educação.

Como sujeito transformador, a mulher, na sociedade tem desempenhado e desempenha diferentes papéis ao longo do tempo que ganham visibilidade e respeito através de lutas árduas por meio dos movimentos feministas. Essas lutas tiveram efeitos positivos que vão além da vida pessoal estendendo-se, também no aspecto profissional como, por exemplo, o acesso a novos espaços ocupacionais, que antes eram exclusivamente masculinos.

Sabe-se que, na contemporaneidade os papéis assumidos pela mulher alcançam um patamar maior e diferente de anos atrás. Hoje para ter visibilidade, a mulher tem que enfrentar desafios ao assumir esses diferentes papéis, pois além de trabalhar para participar ativamente da economia familiar, enfrentam o desafio da universidade na busca do reconhecimento no campo profissional e na expectativa de criar uma independência própria, sem falar nos outros papéis que desempenham no âmbito familiar como dona de casa e de mãe.

Apesar de toda sua luta a mulher ainda enfrenta as desigualdades estabelecidas pela sociedade através do processo de exclusão feminina, que, ainda permeia na contemporaneidade visto que estas desigualdades são fruto de construções culturais-, dentre

outras questões,- a partir da constituição da família nos moldes patriarcais, que elaboram conceitos e diferenças preconceituosas na relação que se concretiza e passam a ser responsáveis pelo fortalecimento e naturalização da invisibilidade da mulher, inserindo-a na sociedade como um “segundo sexo”¹.

Assim, a mulher sofre preconceitos expressos de várias formas: de menor salário que os homens quando executam as mesmas tarefas, discriminação e violência, tanto no ambiente familiar como fora dele. Apesar de tudo isso, tem obrigação de estar sempre disposta para ser mulher, esposa e mãe.

Diante dessa problemática o tema dessa pesquisa foi escolhido devido à sensibilização a respeito da questão feminina, que fora percebida por observações e discussões sobre a temática da questão feminina dentro e fora da academia, principalmente na disciplina Seminários Temáticos I, onde é inserida a questão de gênero em sua ementa.

Percebe-se que, mesmo nas universidades, como espaços de universalização do conhecimento onde as pessoas são mais instruídas, ainda existem questões a serem enfrentadas pelo universo feminino que compõem a instituição de ensino (professoras, alunas e funcionárias), como preconceito, a violência de gênero, subordinação à figura masculina, feminização das tarefas do lar e dos cuidados dos filhos, entre outras.

Logo, nota-se que algumas mulheres casadas que tem filhos e que trabalham, buscam no ensino superior a superação de todos os obstáculos históricos que sofreram e que

¹ Esta expressão vem do título do livro “o segundo sexo” de Simone de Beauvoir, lançado em 1949. É uma obra de grande importância para a história dos estudos sobre a mulher. Ele retrata a condição feminina em busca de liberdade e da independência. Critica a opressão histórica feminina e mostra casos de mulheres que se mostraram, apesar dos preconceitos, capazes de serem pessoas ativas em sociedade, no âmbito público, embora este fosse considerado somente de domínio masculino.

perduram até os dias atuais. Lutam por equidade financeira, reconhecimento intelectual e livrar-se do machismo violento, que a minimiza em todos os espaços.

Assim, o objetivo deste trabalho foi pesquisar a condição feminina na Universidade Tiradentes (UNIT), pois nos vários papéis que desenvolve, a mesma submete-se a jornadas intermináveis de trabalho doméstico, como universitária, como mãe, como esposa e como profissional.

Para alcançar tal objetivo, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) procurou responder às seguintes questões: Como a dupla jornada de exercer profissão e realizar tarefas domésticas, influencia na vida acadêmica das estudantes da Unit? Quais as dificuldades em participar ativamente da vida acadêmica na Unit? Como mulheres instruídas como as alunas da Unit enfrentam questões como violência de gênero, patriarcado e preconceito? De que forma a mulher estudante da Unit pode ser protagonista da sua própria história? Como ficaram as relações entre a acadêmica da Unit e sua família após ser inserida na universidade?

A pesquisa teve como *locus* o Campus de Propriá da Universidade Tiradentes. Para tal, foram utilizados métodos que situaram o tema e orientou no alcance dos objetivos.

Utilizamos a pesquisa bibliográfica e exploratória, pois é essencial o uso da teoria para fazer a ligação com a realidade através da análise qualitativa dos dados de forma crítica, na análise dos dados foram observados conteúdo e fala na acolhida de amostra da realidade do campus. Como fontes de pesquisa foram utilizadas livros, a internet, entrevistas e dados da Universidade Tiradentes, campus Propriá, para se chegar à análise dos resultados, através do conhecimento científico acessível graças à pesquisa.

Embora a pesquisa tenha uma abordagem qualitativa ressaltamos os dados quantitativos como um instrumento a mais no intuito de enriquecer melhor nosso trabalho.

Como a pesquisa social está no âmbito do Serviço Social, o método das representações sociais foi utilizado, pois possibilita a investigação do conhecimento popular construído no cotidiano das mulheres e na forma como elas se organizam em sociedade.

Os sujeitos da pesquisa foram mulheres acadêmicas da Universidade Tiradentes do campus Propriá estudantes da referida instituição que trabalham, podendo ser casadas ou não e que possuíssem ou não filhos. As alunas entrevistadas cursavam o último período dos cursos de Direito, Serviço Social, Administração e Matemática. As categorias de análise serão mulheres, gênero, mercado de trabalho e universidade.

Para a coleta de dados foi utilizada a entrevista semi-estruturada e a observação sistemática, devido à possibilidade de identificar os tipos de diálogos e redimensionar as questões formuladas diante dos sujeitos, a fim de possibilitar à pesquisa os verdadeiros aspectos da realidade, na interpretação de atitudes, gestos e comportamentos.

Este TCC aborda, no segundo capítulo, “*Um breve histórico da mulher na sociedade*” que descreve, historicamente, o processo de exclusão da mulher do espaço público como também do espaço privado devido a tradição patriarcalista.

O terceiro capítulo fala sobre “*Lutas femininas no enfrentamento da questão social*” relatando as ações das mulheres como ativistas sociais, lutando por sua emancipação, tentando se libertar do preconceito machista das sociedades patriarcais que lhe reprimiram historicamente, por meio da formação dos movimentos feministas, buscando acesso à seus direitos de cidadã.

No quarto capítulo, “*A mulher na sociedade contemporânea*”, se discute a nova configuração do mundo do trabalho, a inserção da mulher em tal mundo, e as novas possibilidades e as dificuldades encontradas nele.

O quinto capítulo é composto por a “*Pesquisa de campo: a mulher na Universidade Tiradentes*”, onde foi exposta a pesquisa de campo, o resultado dela, comparando-se a teoria utilizada nos capítulos anteriores com a realidade da situação da mulher no *lócus* da pesquisa, ou seja, na Universidade Tiradentes.

Assim, este trabalho é muito importante, pois mostra que apesar das universidades serem consideradas um dos espaços democráticos e diversos da sociedade, ainda são cercadas por muitos paredões culturais, que escondem as mulheres, de forma que, além de oferecer formação profissional também portam a divisão sócio-técnica do trabalho, reproduzindo a sociedade, ainda patriarcalista. Agora elas são maioria, estão ocupando espaços antes nunca esperados graças a aproximação por descobertas através da pesquisa.

Essa pesquisa também é importante para a academia, pois aqui se discute a importância da formação acadêmica no processo de pesquisa sobre gênero sendo relevante para o Serviço Social porque envolve a questão de gênero como uma questão social, sendo este o objeto dessa profissão.

2 BREVE HISTÓRICO DA MULHER NA SOCIEDADE

Há séculos, na história da humanidade, homens e mulheres atuam na sociedade como sujeitos transformadores da realidade, porém, a ação feminina fora reduzida desta história, de forma que “(...) toda a história das mulheres foi feita pelos homens (...)”, porque “nunca as mulheres lhes disputaram esse império” (BEAUVOIR, 1970, p. 167). Elas

permearam a história como sujeitos passivos e subservientes às pessoas do sexo masculino, foram criadas para aderir ao patriarcado, e o aceitaram desde épocas muito remotas da atualidade.

Mas, mesmo dentro de sociedades patriarcais, como a sociedade egípcia da antiguidade, algumas mulheres tiveram oportunidade de elevação de posição social, como o exemplo das mulheres e/ou mães de faraós eram comparadas a figuras divinas, que junto aos deuses são responsáveis pela vida e aí reside a importância da mulher, mas de forma complementar na criação. Também se destacam outras rainhas como mães regentes ou esposas, algumas delas possuíam algum poder econômico e político, mostrando sempre ser capazes de grandes feitos. E no Egito faraônico há casos de mulheres que foram faraós, claro que sempre na falta de uma figura masculina que desse continuidade ao nome da família, e então estas mulheres contribuíram para a veneração de deusas mulheres em suas personalidades- como Hapshepsut². Neste Egito-faraônico,- ainda a mulher chegou a freqüentar a escola, conquistando títulos de escriba e de juíza, porém não podia participar da burocracia estatal, seu trabalho estando mais voltado ao âmbito doméstico, e sua vida social acontecia junto ao marido com regras criadas por o mesmo.

Em algumas sociedades, como a egípcia, a mulher tinha certos privilégios, o que, com o surgimento da propriedade privada é modificado, pois, “a propriedade privada aparece: senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher. Nisso consiste “(...) a grande derrota histórica do sexo feminino””, através do contrato do casamento (BEAUVOIR, 1970, p. 74).

Segundo Aburdene (1993), foi por causa do acontecimento da revolução do patriarcado que sociedades avançadas que cultuavam uma Deusa Mulher, onde a figura

² Em José Nunes Carreira, apud Santos, 2001.

feminina era muito valorizada, foram dominadas por uma cultura machista e violenta que tinha a mulher por inferior. Logo a Deusa foi esquecida e junto a ela a mulher tornada vilã e culpada pela origem do pecado na figura de Eva, daí a mulher ser considerada incapaz de grandes realizações, mas o que ninguém questionou foi que esta “representante do pecado original” teve uma discussão teológica com a serpente, mostrando-se capaz para tanto, e que se atreveu a buscar o novo, mordendo o fruto proibido, e soube induzir o homem ao mesmo, pois primeiro ousou, teve coragem de buscar o conhecimento.

Na Bíblia Sagrada³ a mulher foi descrita pelo Gênesis⁴ em duas versões, uma versão igualitária, que inscreve que “Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou; e os criou homem e mulher”⁵, de modo que, de uma forma equalizadora na criação de Deus estão homens e mulheres, o que o mesmo livro contradiz quando diz numa segunda versão que Deus fez a mulher, Eva, de uma costela do homem, Adão, a criando depois dele e ambos representando todos os homens e todas as mulheres da face da Terra⁶. E para reforçar uma superioridade masculina o capítulo 3 do Gênesis define a mulher como ser frágil. Desta forma são as mulheres submetidas ao domínio masculino, à sua tutela patriarcal, como o é ao longo da Bíblia Sagrada, livro seguido por as religiões cristãs, bem como pelo judaísmo. Porém, há histórias de mulheres que são ativas, que lutam por seus ideais. Mas em busca de um Deus com nome masculino *Yahweh* (Javé)⁷, cultuado pela cultura cananeia sem haver questionamento quanto à existência de sexualidade em uma divindade- e por esta ser masculina-, nem mesmo quanto à ação de Deus pelos homens e pelas mulheres de forma igual.

³ Em José Augusto M. Ramos, apud Santos, 2001.

⁴ Um dos livros bíblicos, o qual conta a história da criação do mundo.

⁵ No capítulo 1, 27 do Gênesis.

⁶ Capítulo 2, 21-25.

⁷ Aquele que substituiu a Deusa Asherah.

Com o nascimento das cidades no período arcaico a mulher esteve ligada à família, e no seio desta deveria estar guardada, reservada. Porém, surgem figuras como Safo, uma poetisa da ilha de Lesbos, que em seus poemas fala do amor como sentimento e expressão física, uma poetisa apontada pela história como homossexual⁸. Interessante saber que em Lesbos, a participação feminina na vida pública se fazia possível, exemplo disso é que eram realizados concursos de beleza feminina. Mas em outras sociedades, como muitas orientais, por exemplo, algumas partes do corpo feminino deveriam ser ocultadas.

Das mulheres, na verdade, apenas se esperava que desempenhassem os papéis de mãe, esposa, irmã e filha. Mas havia algumas exceções, em que elas sobressaiam-se e ocupavam outro espaço para demonstrar seu potencial além do âmbito doméstico. Por exemplo, as mulheres de Esparta eram obrigadas a se dedicarem à educação em atividades como a ginástica deixando de lado as tarefas domésticas, e o faziam com tremenda capacidade de aprender, porém, eram excluídas de duas atividades importantes da cidade: a guerra e a política-, reservadas aos homens apenas.

Na Idade Média muitas mulheres chegaram a ser consideradas bruxas, pois acreditava-se que muitas delas prendiam homens através de magia, pois seus maridos possuíam outras mulheres, daí a necessidade de amarrá-lo a elas. Por isso, a uma mulher não era permitido sair à noite, a não ser em companhia masculina, pois as mulheres da noite eram consideradas “bruxas” e/ou prostitutas: “No final do século XV, o Papa Inocêncio VIII declarou a bruxaria uma heresia” (ABURDENE, 1993, p. 297), e através do *Maleus Maleficarum* (Caça às Bruxas) a mulher fora perseguida por aproximadamente 250 anos.

⁸ Em Nuno Simões Rodrigues, apud Santos, 2001.

Não se questionou que no Novo Testamento da Bíblia Sagrada Jesus Cristo⁹ defendeu Maria Madalena, condenada na época como prostituta, e teve imenso amor por mulheres e homens. Mas a Igreja Católica da Idade Média fez mesmo um paralelo entre Madalena, como modelo a ser desprezado por ser contrário à pureza e virgindade de Maria, a mãe de Jesus, exaltada neste período, e não viu que nem este grande líder, Jesus, não foi machista. Logo, a religião foi grande propulsora da negação da expressão da sexualidade feminina, mostrando uma descendência de Deus pela figura dos patriarcas, como o Abraão do Antigo Testamento, o que se seguiu até a atualidade, com representantes religiosos do sexo masculino, e com o Papa como superior humano da Igreja.

Como a mulher era vista como responsável pela existência do pecado, esta era vista como impura por natureza, especialmente se não fosse virgem, e por ser libidinosa, a única maneira encontrada de controlar seus instintos seria o casamento, um sacramento religioso. O casamento foi criado como instituição mantenedora da humanidade, não significando a união de pessoas iguais em direitos e deveres, mas um locus de disseminação da educação patriarcal, em muitas sociedades. A dominação masculina era sentida ainda na reprodução, visto que, preferiam-se filhos homens para dar continuidade à linhagem da família. Se a mulher não era pura, mas libidinosa, a sociedade, ao invés de lhe permitir matar seus desejos obscenos, proibiu e condenou e exigiu fidelidade matrimonial, enquanto ao homem era permitido qualquer deslize, podendo ele ter relações extraconjugais com outras mulheres¹⁰. Neste período a prostituta tinha seu papel social de satisfazer os desejos masculinos para manter a paz social, e reduzir o número de violência sexual, que era grande e se apontava as mulheres como culpadas por ser abusadas sexualmente, mesmo com menos força física que seus agressores, elas eram condenadas por ser mulher, postas a situações humilhantes para provar sua inocência.

⁹ É seu nascimento que marca o ano 1 do calendário cristão, o qual é seguido pelo Ocidente.

¹⁰ Até mesmo porque era esperado frieza de uma mulher decente.

A mulher era vista como um mero objeto. Quando menina era posse do pai, na juventude passa a ser posse do marido e se não gerar filhos não serve nem para um nem para outro e se por acaso perder o marido, a viúva passa a ser posse da família do seu cônjuge e seus filhos vão pertencer a eles também. Sua educação estava vinculada somente à servidão tanto enquanto menina até o seu casamento.

Apesar das mulheres dos séculos XVI a XIX¹¹ serem consideradas a base da família, as mesmas estavam condenadas a uma vida isolada dentro do ambiente familiar e por este motivo foi muito admirada por escritores e artistas deste século sendo consideradas como honradas, honestas, recatadas, prudentes e verdadeiras rainhas do lar e que dele só saíam se tivessem motivos muito fortes e necessários, como ir à igreja aos domingos, evidentemente que acompanhada por uma figura masculina ou pelos filhos, conheciam poucas pessoas e andavam de cabeça baixa para não mostrar sua face. Neste período os casamentos¹² eram orientados pela obra literária, “A Carta Guia de Casados”¹³, que referia-se aos problemas encontrados pelas noivas da época que pretendiam encarar os altos e baixos da união oferecendo dicas de variadas formas para que sempre a mulher se tornasse utilidade do homem. Esta obra instruiu o casamento cristão como contrato, no qual eram mais beneficiados os pais do noivo, os quais deveriam prolongar o nome da família por sua descendência. Nota-se então que há uma estreita ligação com o princípio patriarcal bíblico.

Ações e papéis impostas às mulheres no trabalho, na família e na vida privada acabaram por regular sua condição na sociedade. Fica claro que por ter requisição das suas tarefas diárias, o estatuto das mulheres, na época Moderna, dividia-se em três paralelos:

¹¹ Período considerado como a Idade Moderna pelo estudo da história, e posterior à Idade Média e anterior à contemporaneidade.

¹² Considerados o “ápice do ‘estado de mulher’” no período, segundo Perrot, 2007, p. 46.

¹³ Em Mestre Maria Margarida Caeiro, apud Santos, 2001.

trabalho, casamento e família¹⁴. Essa situação era percebida tanto na nobreza quanto entre as mulheres dos grupos sociais desfavorecidos: dominadas pelo chefe da família, tanto o pai quanto o marido, e ainda da subordinação do empregador. Era reprimida economicamente e socialmente sem falar que era rara a inserção da mulher no mercado de trabalho. Pois, “(...) historicamente os sistemas de gênero designaram espaços e papéis distintos a homens e mulheres: aos homens o mundo produtivo e às mulheres o espaço reprodutivo” (CORTIZO e GOYENECH, 1997: p.103)¹⁵. O que se percebia era uma grande dificuldade da mulher em se inserir na economia urbana. E quando conseguia era nas atividades ditas menores e tinham que ser normatizadas, disciplinadas e controladas. Sua educação continuava vinculada à servidão, desde a infância à vida adulta, para o casamento, mas só eram consideradas próprias a este, aquelas que podiam ter filhos, do contrário estava fora da regra cristã, e como mulher tinha menos valor porque não era útil à sociedade, pois “a vida da mulher dura pouco: a menopausa (...) marca o final do período fértil, e, por conseguinte, o término da feminilidade” (PERROT, 2007, p. 48). Assim esta estaria confinada ao lado biológico, o que não é verdade, pois “a existência da condição feminina em forma permanente é de origem cultural, histórica e não biológica; (...) não meramente biológica” (MARÍAS, 1981, p. 6).

Mas tudo isso não significa que neste período nenhuma mulher tenha se destacado, porém, a sociedade dos séculos XVII e XVIII não percebia que as atividades econômicas femininas na vida urbana eram essenciais. Nos comércios de pequeno porte a presença da mulher era constante, principalmente na distribuição de alimentos onde era exigido que as mesmas tivessem boa índole e bons costumes. Até para as pequenas atividades como, pesca e revenda de frutas ou hortaliças era ordenado sua boa conduta. Não podiam ser separadas ou amancebadas, pois seriam excluídas das atividades, como por exemplo, no pescado onde era constante a presença da mulher e só era permitida a venda por mulheres

¹⁴ Em Maria de Fátima Dias dos Reis, apud Santos, 2001.

¹⁵ Apud revista *Katálysis*, 1997, p. 103.

casadas ou viúvas honestas. Posto isso, é indispensável ressaltar os condicionamentos à mulher, perseguida ao longo da história por preconceitos de gênero, por mitos como de sexo frágil, ser inferior ao homem, pessoa do sexo masculino, mas igualmente humano. Ainda devem ser analisado que as mulheres de famílias mais pobres até então poderiam trabalhar pra ajudar a família, do que era privada a mulher de família abastada.

Na contemporaneidade ocorreram vários avanços com a intenção de dar espaço social à mesma, mas ainda há muito que se conquistar no centro das relações sociais e de gênero. No século XIX surgem vários segmentos de mulheres com a intenção de lutar em oposição a essa excludente situação social vivida pelas mesmas. Depois do direito ao voto, de conquistar vitórias no campo profissional e da educação, iniciativas que só se tornaram possíveis com o movimento feminista, as mulheres ainda não conseguiram conquistar inteiramente seu lugar de igualdade.

As grandes transformações sociais e econômicas ocorridas no mundo possibilitavam inclusive o êxodo rural, que fez a mulher ir para a cidade em busca de melhores condições de vida, tendo a oportunidade de prestar atividades lucrativas, pois antes se dedicavam exclusivamente ao homem, não que ela não trabalhasse, mas seu trabalho, doméstico, não era considerado lucrativo. Dessa forma, segundo Nogueira (2004)¹⁶, com o desenvolvimento industrial inglês com a Revolução Industrial do século XIX, com a maquinaria que já não precisava da força física masculina a mulher se intensifica a inserção da mulher no mercado de trabalho, onde ela estará inserida na divisão sociotécnica na produção e reprodução de mercadoria. É assim que a mulher vai sofrer uma dupla opressão: como classe trabalhadora e como mulher, pois é no mercado de trabalho se acentua as diferenças sexuais aproveitando a desvalorização do trabalho feminino para lucrar. Mas, nessa

¹⁶ Apud Borges, 2005.

situação a mulher não ficará estática procurar unir-se ao movimento de mulheres para reivindicar melhorias de condições de trabalho e de sua classe como também alia-se ao movimento feminista no intuito de lutar contra a discriminação sexual e pela sua emancipação na questão de gênero.

Através dos séculos, várias foram as formas de preconceito contra as mulheres, não importando a idade e nem classe social, o que importava realmente como as mesmas iriam servir aos seus senhores/companheiros. Viviam sob o preconceito da própria família e a igualdade de tratamento era um sonho longínquo em vários períodos da história. E na sociedade industrial não era diferente essa situação, porque:

Independentemente do fato de que a mulher seja oprimida como proletária no mundo da propriedade privada, ela é também como ser sexual. Continuadamente existe para ela uma série de obstáculos e impedimentos que o homem desconhece. Para ela, estão proibidas muitas das coisas que são permitidas aos homens; há toda uma série de obstáculos e impedimentos que o homem desconhece. Toda uma série de direitos e liberdades sociais de que o homem desfruta constituem uma falta e um crime se exercidos pela mulher ela pode como ser social e como ser sexual, é difícil dizer em qual dessas condições ela sofre mais, e por isso compreendemos o desejo de muitas mulheres de terem nascido homens (BEBEL, 1977 apud. ALAMBERT, 1986, p 40).

Assim, na sociedade industrial apenas se reproduz o patriarcado, por meio do qual a mulher continua subordinada, numa dimensão inferior à que o homem se encontra na vida social, agora no ambiente de trabalho, não doméstico, mas nos setores de produção e reprodução capitalista.

Como já foi dito a mulher não esteve apática a essa situação. Algumas se rebelaram contra os sistemas de governo, então patriarcais e pouco liberais, foram pouco a pouco conseguindo algumas conquistas, e no século XX os movimentos de mulheres reaparecem com caráter político e mais questionador da ordem vigente¹⁷. Hoje em dia se

¹⁷ Sobre os movimentos de mulheres e sua inserção no mercado de trabalho será abordado no capítulos que seguem.

considera que a mulher através de muita luta vem conquistando sua visibilidade porque ela “perturba a ordem”¹⁸ existente, tanto que Perrot nota que:

No século XVIII ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais. Elas tiveram que esperar até o final do século XIX para ver reconhecido seu direito à educação e muito mais tempo para ingressar nas universidades. No século XX, descobriu-se que as mulheres têm uma história e algum tempo depois, que podem conscientemente tentar tomá-la nas mãos, com seus movimentos e reivindicações. Também ficou claro, finalmente, que a história das mulheres podia ser escrita. Hoje já é uma área acadêmica consolidada (PERROT, 2007, p. 11).

Enfim, a história da mulher passou por uma evolução em todos os campos, bem como ela soube muito bem ocupar espaços novos ao longo do tempo. É certo que as coisas se metamorfoseiam sempre, e as relações entre as pessoas também. E cada ideia é nova para um determinado tempo, quando se questionam as coisas com o propósito de modificá-las. Assim, mulheres e homens, com o andar das influências gerais, tomaram posse das novidades modernas que contribuíram com a formação do mundo que se tem hoje. E quando se olha para o passado, muitas vezes não observamos os fatos em relação às conquistas que as mulheres ao longo dos anos vêm adquirindo. Essas conquistas muitas vezes são apresentadas como dádivas e não como através de lutas não considerandoas conjunturas e os limites presentes em dada sociedade, o que é indispensável também na análise da condição feminina nos tempos históricos.

3 LUTAS FEMININAS NO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

¹⁸ Perrot, 2007, p. 26.

Ao longo da história foram criadas condições que submeteram a mulher à dominação masculina através do patriarcado, porém, com o passar do tempo, ela foi lutando até ocupar espaços antes considerados masculinos, ganhando reconhecimento por sua capacidade tornando-se cada vez mais uma profissional polivalente que em maioria das vezes designando diversas habilidades para manter-se firme, criando assim um novo modelo feminino, que após anos de desenvolvimento em ambientes como o lar, para algumas o ambiente de trabalho e agora a universidade foi adquirindo um maior nível de responsabilidade.

Com o advento da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho devido à revolução industrial e mesmo sofrendo com a dominação-exploração do modo de produção capitalista, que reproduz mais uma vez o patriarcado e lhe segrega de alguns espaços a mulher começa a mostrar que é muito importante para o crescimento das grandes cidades. Uma das chances, e maior delas, destas competir de forma igual com os homens é se especializar em determinadas áreas do conhecimento através do ensino superior e para tanto foi preciso que a mesma buscasse incessantemente por seus direitos sociais e políticos até conseguir pouco a pouco conquistá-los, num período de intensas transformações no mundo do trabalho, onde muitas mulheres têm que se inserir na luta coletiva pelos direitos, frente à condição de trabalhadora.

Contudo, nem sempre a mulher consegue cumprir todos os papéis que lhe são postos, por ter uma carga muito grande: problema no relacionamento com o filho ou marido, sentir-se diminuída no trabalho por ser mulher, sofrer algum tipo de discriminação ou preconceito no trabalho ou até mesmo em casa, a responsabilidade de ser bem sucedida em todas as áreas, enfim acaba virando um fardo gerando também problemas de saúde e conflito pessoal. Ou pior, existem situações que a mulher não consegue ter acesso a nenhum desses

novos rumos(trabalho fora do lar,inserção no ensino superior, profissionalização,precarização do mercado de trabalho). Neste caso, são disponibilizados a mulher instrumentos estatais para tentar melhorar a sua situação diante de todos esses conflitos.

Destaca-se aí a importância do serviço social que percebe a mulher como um dos grupos que enfrentam expressões da questão social. Está inserida no grupo de trabalhadores que lutam pelos seus direitos de cidadão e que estão submetidos a dominação-exploração do mundo capitalista.Seguindo o pensamento de Yamamoto (2007) o Serviço Social tem que perceber a questão social como alicerce de seu embasamento para que haja uma particularização do trabalho referente as expressões da questão social, pois, segundo a mesma:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2007, p. 27)

Neste caso os assistentes sociais visam esta questão com um olhar diferenciado, pois tem que perceber nas mais variadas conjunturas elementos do cotidiano de cada cidadão e cada um com seu diferencial. Desta forma, as desigualdades são características da sociedade capitalista e nela está embutida a divisão das classes sociais e,consequentemente, absurdos e injustiças onde interesses particulares estão em primeiro lugar. As mulheres estão presentes nestas classificações onde:

As classes sociais são grandes grupos mais ou menos abertos , que se definem por seu modo de produção e estilo de vida que incluem desde hábitos de consumo , condicionado pelo poder aquisitivo, até valores , modos de pensar , ideologia . As classes sociais são fenômenos dinâmicos, em processo. Em relação e tensão umas com as outras (ALBORNOZ &CARRION,1985, p. 25).

Assim, percebe-se que as classes sociais estão em desenvolvimento de acordo com as transformações correntes como, por exemplo, na política na economia na religião; o

caso de muitas mulheres não é diferente dessa realidade: estão em constantes transformações de acordo com cada época em várias situações.

3.1 Lutas femininas

Foi a luta feminina que levou a mulher a alcançar hoje espaços em várias instâncias da vida social e a ter reconhecimento de seu valor, que não é superior nem inferior ao do homem, mas lhe dá dignidade de estar ao lado deste para transformar de cabeça erguida, através da educação que é o que queremos focar e perceber que este é um dos instrumentos que lhe dá oportunidade no mundo do trabalho e em outras circunstâncias. Ao longo do tempo, ela lutou, fez parte de movimentos como o das mulheres, movimentos feministas e obteve alguns ganhos, como o acesso a novos espaços ocupacionais, que antes eram exclusivamente masculinos.

Sabe-se que, na contemporaneidade os papéis assumidos pela mulher alcançam um patamar maior e diferente de anos atrás. Hoje para ter visibilidade, a mulher tem que enfrentar desafios diários, pois além de trabalhar para participar ativamente da economia familiar e enfrentar o desafio da universidade para ter reconhecimento no campo profissional e criar uma independência, ela tem de cumprir com as típicas tarefas de dona de casa, de mãe e de esposa.

Em todos os espaços onde há relações sociais o patriarcado que reprimiu a mulher se reproduz. O patriarcado é muito abrangente em nossa sociedade, porém se torna muitas vezes negado e invisível, o que gera consequências para ambos os sexos, especialmente para as mulheres. É nesse contexto que se torna presente o movimento feminista, que irá buscar a

sua eliminação para que haja a igualdade entre homens e mulheres, para então alcançar uma sociedade mais justa e igualitária com menos discriminação e exploração.

Entram em cena os movimentos sociais feministas na luta e no acesso dos direitos da mulher. Para que ela seja sujeito emancipado foi preciso ter posicionamento frente a questão social, bem como a consciência de classe. Na atualidade o Assistente Social vem desempenhando papel importante na formação destas ideias emancipadoras.

Engels e Marx (apud Alambert, 1986), com a criação da teoria do materialismo histórico levantaram questões sobre a problemática da mulher segundo duas correntes que sempre se posicionam em relação à questão feminina e lutaram entre si pela vitória de seus ideais. A primeira é aquela que julga natural as desigualdades sofridas pela mulher no trabalho, na família e na sociedade. A segunda é defensora da ideia de que todos são iguais, homens e mulheres, e que as desigualdades que a mulher sofre são remanescentes de fatores complementares alheios ao sexo. Logo se percebe que a primeira faz parte os pensadores das classes dominantes que viam as mulheres simplesmente como seres inferiores e a segunda por aqueles que defendem os explorados e oprimidos, os dominados. Assim,

(...) Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito, inclusive como sujeito da Ciência (LOURO, 2008, p. 17).

Percebemos que estes dois pensadores não trabalharam especificamente a problemática feminina nem a opressão sofrida por ela ao longo da história nem como as mesmas iriam chegar à independência, mas sim o processo pela qual a mesma passava em relação de divisão de trabalho pois a mesma se encaixava dentro da classe operária que sofria nas mãos dos dominantes. Mas não significava que o feminismo ou movimento das mulheres

não tinha sua importância, pois foi através deles que a mulher conseguiu ter voz no transcorrer da história.

Vários foram os intelectuais que não mediam esforços e palavras para diminuir a mulher, mas contra todos os absurdos que reduzem a condição feminina na sociedade ergueu-se uma nova corrente pela luta da libertação da mulher. Homens e mulheres que perceberam que juntos poderiam lutar contra a inferioridade social da mulher denunciaram de alguma forma a dominação masculina. São os percussores do feminismo ou feministas.

Guacira Lopes Louro (2008) retrata que o feminismo caracteriza-se como um movimento social organizado a partir do século XIX no Ocidente, mas que a opressão contra as mulheres já vinha acontecendo (há muito tempo) desde os primórdios da história, com o passar do tempo essas manifestações ganharam força e visibilidade, alastrando-se por vários países do Ocidente. O sufrágio foi o resultado destas inquietações, passou a ser reconhecido como a 1ª onda do feminismo, movimento que garantiria as mulheres o direito ao voto, mas somente a aquelas pertencentes à classe média e de cor branca, daí houve uma acomodação em prosseguir a luta.

Somente na segunda onda do feminismo, que este se volta para as preocupações políticas sociais e em formular construções-teóricas que sustentam os debates entre estudiosos (as) e militantes sobre o conceito de gênero. Nesse sentido, segundo Saffioti, “(...) de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2004, p. 45).

No Brasil, o conceito de gênero espalhou-se rapidamente nos anos de 1990, onde a categoria gênero ainda precisava ser analisada. Para alguns, gênero referia-se ao sexo de uma pessoa ou a homens e mulheres como grupos diferenciados. A gramática o diferencia

como masculino e feminino, outros garantem que o mesmo pode representar-se por uma categoria social histórica. Sua definição foi de difícil compreensão na época, mas de grande importância, pois através dela percebeu-se a necessidade de discutir sobre a relação homem, mulher na sociedade dentro das relações sociais históricas.

Com o a chegada do século XX nasce o movimento feminista, com características diferentes, pois viu a necessidade de lutar por garantias que pudessem levar a mulher a se desenvolver diante de uma sociedade hierarquizada, esquecendo um pouco da luta, mas não totalmente, pela igualdade entre homens e mulheres e a liberdade do sexo feminino e o questionamento do por que da visão masculina servir de norma para todos os seres.

Procurando desmitificar e desconstruir a identidade feminina e as instituições sociais patriarcais, o movimento feminista tem em sua história registros de consecutivas ondas: Movimento Sufragista; Movimento de libertação; Feminismo pós – moderno. E como forma de luta neste período surgiu uma variada literatura feminista: jornais, livros, artigos, revistas etc. dando uma base teórica ao movimento (LOURO, 2008).

O movimento feminista logo após a Segunda Guerra Mundial ganhou nova bagagem teórica e política, uma das responsáveis por esses acontecimentos foi escritora francesa Simone de Beauvoir com o livro intitulado “O segundo sexo”, trazendo conteúdos que a revolucionou questão da mulher propondo soluções radicais para os conflitos entre os sexos, onde ela afirma que as limitações femininas são dadas por um conjunto de preconceito, costumes e leis arcaicas. A autora em sua obra apela para o sentido de dignidade das mulheres e esclarece que o casamento não vai ser a salvação que todas imaginarão (BEAUVOIR 1970).

As feministas, diante de tantas transformações, começaram a perceber seu cotidiano com outros olhos. Na vida privada e pública não tinha, mas tantas barreiras.

Percebeu-se a queda do número de casamentos e de crianças nascidas, alto nos divórcios, união livre, vida amorosa fora da heterossexualidade etc. O campo cultural tinha o combate ao sexismo como ponto de partida: a sua imagem na mais mídia, sua apresentação na literatura, publicidade. Criam-se editoras que ideias feministas, criticam a literatura, a luta contra repressão sexual e contra a violência em relação a mulheres fica mais ativa, surgindo então casas para mulheres espancadas, redes telefônicas de solidariedade e grupos de SOS mulher (ALAMBERT, 1986).

Esse grupo utilizou estruturas como produção, reprodução, socialização e sexualidade para serem entendidos os papéis sociais da mulher e viram que não bastava ampliar o campo de atuação para acabar com a dominação, mas era necessário rever as tradições obtidas pela sociedade ao longo da história, que viam a ordem masculina como suprema.

É neste momento quando muitas manifestações acontecem contra as relações tradicionais que o movimento feminista ressurgiu trazendo para a época questões políticas e sociais que envolvam a mulher. Com estes acontecimentos ficou mais frequente encontrar no interior das universidades e escolas as militantes feministas ocupando seu espaço em forma de mobilizações e fazendo com que intelectualmente surgisse os estudos sobre a mulher.

O principal objetivo dos estudiosos feministas desses primeiros tempos foi dar visibilidade às mulheres e torna mais amplo as condições de vida destas. Fazendo avançar os campos de trabalho diminuindo a submissão e a segregação social.

A diferença entre os gêneros serviu para explicar e justificar as mais variadas distinções entre homens e mulheres. O movimento feminista vai tentar entender e desconstruir

estas diferenças criadas, pela sociedade onde a mulher encontra a condição social hierarquizada e principalmente as relações de poder nestes valores.

Com a consolidação das grandes indústrias em todos os países, grandes mudanças ocorreram na vida das mulheres. Sua mão-de-obra barata foi necessária para que se erguesse esse novo modo de produção. Mulheres e crianças eram exploradores de todas as formas possíveis. Não tinham horário de trabalho, licença maternidade, e aconteciam vários acidentes com as crianças, entre outros problemas. Este também foi o século em que as mulheres ligaram sua luta à do proletariado,

Ações isoladas ou coletivas, dirigidas contra a opressão da mulher, podem ser observadas em muitos e diversos momentos da História e, em mais recentemente, algumas publicações, filmes etc. vêm se preocupando em reconhecer essas ações. No entanto quando se pretende referir ao feminismo como um movimento social organizado esse é usualmente remetido no Ocidente, ao século XIX (LOURO, 2008, p. 14).

Foi uma grande batalha na luta para a melhoria da vida da mulher, e muitas ideias foram avançadas para suas épocas. Mas infelizmente nenhuma destas conseguiu explicar a profundidade do problema e de tão grande degradação e aprisionamento de um ser,

[...]. a escravidão da mulher esta assimilada ao surgimento da propriedade privada dos meios de produção... só a liquidação da propriedade privada e das classes abrirá à mulher caminho de sua emancipação... (ALAMBERT, 1986, p. 13).

A segregação e dominação feminina são consideradas como uma grave injustiça das relações sociais e a sua emancipação faz parte da emancipação humana universal. O desenvolvimento do capitalismo monopolista de estado levou a mulher aos altos índices de exploração. Sendo colocada como um complemento do trabalho do marido o que levava o menor salário mesmo que os trabalhos sejam iguais mas graças a grandes esforços estas desigualdades estão desaparecendo em alguns setores . Sua formação ou falta dela a desqualificada. O trabalho em casa, nas fábricas, com ritmos acelerados e fazem de muitas mulheres grandes guerreiras. Assim,

As diferenças entre homens e mulheres foram historicamente transformadas em desigualdades sociais à medida que, em diferentes sociedades e períodos históricos, múltiplos discursos e práticas forjaram a submissão feminina e a dominação patriarcal. As relações de gênero, em diferentes imbricações com as relações de raça e relações de classe, têm constituído e organizado as sociedades (DELGADO, 1998, apud AMORIM, p. 3).

Por muito tempo a mulher teve que ver seus direitos esquecidos em relação à licença maternidade, estabilidade, durante a gravidez etc.,mas graças a tantos esforços este quadro mudou. Outro aspecto importante para a vida das mulheres foi o avanço científico: a produção das pílulas, que fez com que a mulher controlasse sua própria fecundidade, as máquinas nas fábricas, diminuindo o uso da força física,

(...) direitos humanos significam a afirmação da dignidade da pessoa humana diante do Estado o poder publico deve estar a serviço dos seres humanos. Não deve ofender os direitos inerentes das pessoas. Deve ser um instrumento para que os cidadãos possamviver em sociedade, em condições de realizar direitos e respeitar os demais segmentos sociais.Ou seja ,direitos e deveres são realizados em concomitância,pela sociedade e pelo Estado(Teles 2007, p. 28).

Assim, nota-se que o Estado, motivado pela ação da sociedade viu a situação da mulher e lhe ofereceu possibilidades de alcançar vida digna, de ter acesso a seus direitos como mulher cidadã.

3.2 Breve histórico do feminismo no Brasil

Por muito tempo só foram vistas como heroínas aquelas mulheres que deram suas vidas por algum homem ou que estavam ao seu lado em algum momento em que estes também foram heróis. As mulheres, por inúmeras vezes, eram registradas como desacertadas, loucas ou prostitutas. Se estas acompanhavam os homens em batalhas, muitas delas lhes serviam de cuidadoras ou concubinas. Percorrendo o mundo encontraremos histórias de mulheres em tais situações, e assim no Brasil.

O cotidiano brasileiro foi marcado por desigualdades de toda ordem. Isto se percebe desde os primeiros séculos da colonização, onde as mulheres não tinham acesso à escola e conseqüentemente ao mercado de trabalho, sofriam abusos sexuais, exploração, preconceitos, e não tinham seus direitos reconhecidos, nem os civis nem os políticos, sem falar que o número de mulheres que morriam no parto era muito grande, e políticas públicas que evitassem este problema não existiam. Esta situação permaneceu por muito tempo e só começou a mudar nos transcorrer do século XX com o processo de industrialização, a grande inserção da mulher no mercado de trabalho, nos ensinos médio e superior, no questionamento sobre o patriarcado.

Assim, se nota a importância do feminismo, este surge no Brasil como expressão da questão feminina contra sua opressão e passou por diferentes estágios. Clarícia Otto faz uma breve análise da obra de Céli Regina Jardim Pinto, de seu livro “Uma história do feminismo no Brasil”, onde ela relata sobre as tendências que influenciaram o surgimento do feminismo no Brasil, por os idos do final do século XIX, fala do “feminismo bem comportado”, com a liderança de Bertha Lutz e com ideias sufragistas, sendo este conservador por não questionar a opressão da mulher, mas este feminismo lutara pela conquista do voto feminino. Bertha iniciou a campanha em 1918 e também influenciou na união feminina para a luta por direitos e defendeu a educação feminina como possibilidade para emancipação. Após vem a segunda tendência, o “feminismo malcomportado”, este agora reunindo diferentes mulheres, abordando temas polêmicos como sexualidade e divórcio, além de falar na dominação masculina, e que teve diferentes mulheres como adeptas, como intelectuais, anarquistas e líderes operárias. Mas houve uma terceira tendência ou “o menos comportado dos feminismos” como diz Céli, no qual se destacou Maria Lacerda de Moura falando em educação como fundamental à transformação da vida da mulher, e se manifestou no movimento anarquista e no Partido Comunista.

É ao longo da história brasileira que a mulher busca seus direitos e aparece então como militante feminista e conquista espaços melhores onde ela possa situar-se com dignidade. Mas não tem como falar em feminismo sem antes contar um pouco da posição da mulher até chegar a posições nunca imaginadas em épocas atrás.

Pouco se sabe das conquistas das feministas do Brasil Colônia e o que se sabe é que na época, as mulheres eram alvo de preconceitos, por serem negras, índias ou brancas prostitutas. Só há documentos que falam delas a partir da chegada da corte portuguesa, escritos pela classe dominante e branca. Só há algo interessante quando elas próprias escrevem, no século XIX, quando já se tem uma semente de feminismo no Brasil.

Havia poucas mulheres brancas no período, assim, os portugueses mantinham concubinas escravas e quando se viu a necessidade de mais mulheres, logo a Coroa envia ao Brasil mulheres órfãs e meretrizes que eram vistas como libertinas. Neste período de exploração da Colônia para alimentar o capitalismo europeu, a mulher também era explorada pelo patriarcalismo.

As mulheres do período colonial não tiveram grandes avanços, sempre de forma condicionada, comprometida com o colonizador ou com as massas, e nada de defender interesses femininos. Elas eram vistas como loucas ou prostitutas.

As representações femininas pouco foram reconhecidas. Hoje se sabe que o maior quilombo, o Quilombo dos Palmares, 1630 a 1694, tinha uma proporção de cinco homens para uma mulher, o que admitiu a poligamia. E mesmo sendo a figura de Zumbi dos Palmares a mais reconhecida, foi a negra Aquatune quem fundou tal quilombo. Ela havia lutado na África pelo reino de seu pai, o rei do Congo, e como fora derrotada, foi vendida ao Brasil

como escrava. Ela, Dandara, entre outras negras do quilombo suicidaram-se para não voltar à escravidão. Também outros quilombos foram liderados por mulheres (TELES, 1993).

No Brasil Imperial (1822-1889), algumas mulheres tiveram destaque em batalhas, como a baiana Maria Quitéria, que mesmo sendo proibida a participação de mulheres, chegou a receber a insígnia dos Cavaleiros da Imperial Ordem do Cruzeiro por lutar pela independência do país¹⁹. Em meio a tantas revoltas do século XIX, Anita Garibaldi se destaca ao lado de Garibaldi, na Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul²⁰ (SCHMIDT, 2005).

No século XIX, com a crescente industrialização, cresce a urbanização e a imigração de europeus para ocupar postos de trabalho na indústria. No fim do século algumas mulheres organizaram sociedades abolicionistas, a exemplo da Sociedade de Libertação, no Rio de Janeiro, em 1870. Nísia Floresta Brasileira Augusta foi uma das primeiras feministas brasileiras a defender a abolição da escravatura e em 1838 ela funda um colégio apenas para educação de meninas, para que de difundisse ideais de emancipação da mulher e de instauração de uma república no Brasil. A primeira romancista brasileira foi Maria Firmina dos Reis, que era negra, que escreveu o livro *Úrsula*, o primeiro romance abolicionista brasileiro (TELLES, in: Priore, 2006).

O jornalismo feminista mais avançado foi o do semanário *O Sexo Feminino*, dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que fora lançado em Minas Gerais em 1873 e transferido para o Rio de Janeiro mais tarde. Francisca apelava às mulheres e falava que a dependência econômica é culpada pela subordinação feminina e que se a mulher tivesse uma educação melhorada teria oportunidade de ter seu status elevado. Não foram deixados de lado assuntos como abolição e direito ao voto (NASCIMENTO E OLIVEIRA, 2006)

¹⁹ TELES, 1993.

²⁰ E segundo Teles (1993) juntos lutam, mais tarde, pela unificação da Itália.

No período republicano o trabalho no Brasil já era assalariado, a burguesia estava mais rica, e surgia a classe operária, pois as portas da indústria só se abriam aos imigrantes europeus. A operária trabalhava na fábrica e no lar e seu salário era mais baixo que o dos homens, enquanto as jornadas eram maiores.

O século XX foi uma época que marcou a história da mulher, pois foi neste período com o processo de industrialização e urbanização as mulheres brasileiras conquistaram avanços sociais na educação, saúde e mercado de trabalho e voto. Mas não significa que sua luta teve um fim. Tanto na saúde quanto na educação os avanços femininos foram expressivos, enquanto no mercado de trabalho as conquistas foram parciais. Nos espaços de poder apesar de muitas mulheres participarem ativamente, ainda é preciso quebrar muitos preceitos para que exista uma situação mais igualitária de gênero. As sufragistas da época começam a buscar a cidadania através do direito ao voto, os movimentos começam a se organizar através de greves em busca de melhores condições no trabalho. Mas as sufragistas se desmobilizaram após a conquista do voto, enquanto o movimento de mulheres trabalhadoras conquista a redução da jornada de trabalho e tem proibido o trabalho noturno de mulheres e menores, porém, a repressão policial sempre esteve presente, contra a ameaça de pensamentos socialistas.

As mulheres encontravam-se em muitos movimentos, porém, o que avançava eram as conquistas masculinas. Foram eclodindo greves por melhores condições de trabalho e pelo voto femininos fazendo parte desse movimento mulheres da classe média e da alta.

Na década de 1920 predominava-se o coronelismo, regime que não abarcava as reivindicações sociais. Em 1922 acontece a Semana da Arte Moderna quando Anita Malfatti se destaca por seus desenhos. Também é fundado neste ano o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ocorre a Revolta do forte de Copacabana. Também surgiu a Federação Brasileira pelo

Progresso Feminino, o que impulsionou mais a luta pelo voto feminino. Em 1924 algumas mulheres estão ativas na Coluna Prestes, vistas pelos comandantes, como indisciplinantes dos soldados. Desempenhavam o papel de enfermeiras e cozinhavam para os soldados, e estavam ligadas a moradores circunvizinhos para colher informações úteis. Seus nomes ficaram no esquecimento ((TELES, 1993).

Muitas brasileiras lutaram pela cidadania política, pois,

em 1910, foi fundado o Partido Republicano Feminino (PFR); em 1927, as líderes da Federação Brasileira para o Progresso Feminino realizaram um “abaixo-assinado” com 2.000 assinaturas exigindo o direito de voto às mulheres, em 1932 o novo Código Eleitoral dá o direito ao voto à mulher, no Brasil [...] (PINTO apud LISBOA, 2010, 2010, p.70)

Mas em 1927 foi dada a primeira autorização para o voto feminino no Brasil, pois o governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, aprovou uma lei favorável ao voto feminino. E mesmo Getúlio Vargas tendo aprovado o novo Código Eleitoral, que permitiu o voto feminino, este foi suspenso até 1945, quando verdadeiramente a mulher vota no Brasil (DUARTE, 2003).

Em 1937 ocorre o golpe de Estado por Getúlio Vargas para manter a ditadura militar, assim a mulher e o povo estavam juntos contra o regime, que reprimia os movimentos sociais cada vez mais e foi causa de morte de algumas comunistas, que foram assassinadas por não concordarem com o sistema. De acordo com Céli (em OTTO), o movimento feminista sofre refluxo a partir do golpe de 1937, este se estendendo a 1970, quando ocorrem as novas manifestações, mas neste tempo de pausa as mulheres participaram do movimento contra o alto custo de vida, na década de 1950.

De acordo com a história, as mulheres brasileiras participaram ativamente na luta pela democracia e contra o nazismo e o fascismo durante a Segunda Guerra Mundial, fazendo campanhas para arrecadar mantimentos como, enfermeiras, nas fabricas. Após a guerra,

desenvolve-se a luta pela anistia e pela democracia, pela igualdade de direitos entre os sexos e contra a carestia, através de movimentos que tiveram grande repercussão na Assembleia Nacional Constituinte em 1946, que não possuía mulheres membros. Em 1947 é criada a Federação das Mulheres do Brasil (FMB) que luta pelo direito ao voto e pela defesa do petróleo brasileiro, sob influência do PCB e a partir daí se comemora o 8 de março- Dia Internacional da Mulher- e o Dia das Mães (TELES, 1993). Em 1960 foi fundada a Liga Feminina do Estado de Guanabara, movendo palestras e cursos profissionalizantes direcionados para mulheres.

Durante o governo de João Goulart as mulheres foram convidadas, para que saíssem na Marcha com Deus pela Família e a Liberdade, contra o Comunismo, sendo, em São Paulo, quinhentas mil pessoas e assim em outros Estados, e sendo enganadas, as mulheres contribuíram para o Golpe de Estado da Ditadura Militar, regime que negou a cidadania de brasileiros e brasileiras (SCHMIDT, 2005). Nota-se que a mulher também participou de movimentos contra a liberdade, inconscientes de que estavam contribuindo com um regime que lhes negaria a cidadania: a ditadura militar.

Depois do Golpe de 1964 as associações femininas quase foram exterminadas e só voltaram ao cenário em 1975, mas mulheres tanto do campo como da cidade com o golpe de 1964 se uniram a organizações de esquerda. Porém, as organizações não as reconheciam como guerreiras, muito ao contrário, as absorviam no papel tradicional na vida social e econômica, porém, a prova de que elas participaram está no levantamento feito a partir do número de mortos e desaparecidos políticos em registro no Comitê Brasileiro de Anistia, de 340 nomes, 40 são de mulheres (11,7%). No livro de Amélia Teles “Breve história do feminismo no Brasil” (1993), são abordados os 41 nomes de desaparecidas e/ou mortas pela repressão ditatorial, entre as quais estão operárias, estudantes e professoras (TELES, 1993).

Os movimentos feministas, no Brasil, só foram reorganizados na década de 1970 por conta da ação das mulheres como militantes de partidos políticos e sindicatos, pois elas lutaram por o acesso a seus direitos de cidadã e por uma sexualidade reconhecida e livre de preconceitos. Os primeiros agrupamentos feministas pós 1970 centraram-se em São Paulo e no Rio de Janeiro, em 1972, com inspiração européia e americana, era o feminismo agora era malcomportado (ATHAYDE, 2008).

Mas, enquanto as feministas brasileiras estavam limitadas em suas manifestações, nos Estados Unidos e na Europa o clima é de efervescência, quando se discute “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir . No Brasil se vivia no auge da repressão ditatorial, enquanto Romy Medeiros da Fonseca resgata o feminismo no Conselho Nacional de Mulheres do Brasil. Ainda,

(...) surgiram grupos feministas temáticos, como também houve espaço para o surgimento e o desenvolvimento do que se poderia chamar de feminismo acadêmico, ancorado no Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, e em pesquisas de ciências humanas e educação realizadas nas grandes universidades do país, em algumas das quais surgiram Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher (OTTO, Revista Estudos Feministas, 2004, p. 240).

Deve ser destacado que a mulher brasileira também assume papel importante na luta do campo, como no Movimento de Mulheres Camponesas, por alimentação saudável, pela libertação da mulher frente ao capitalismo como da classe trabalhadora e pelo fim do preconceito e do patriarcado. Este movimento tem seu portal na internet, tem sua cartilha que institui muitas mulheres e define seus interesses.

O Movimento de Mulheres Camponesas está presente em dezoito estados brasileiros. As militantes camponesas lutam por a produção de alimentos saudáveis, por a construção de um projeto de agricultura e pela libertação da mulher num país capitalista, de exclusão, preconceituoso e patriarcal. Elas enfrentam o patriarcado em sua própria casa (PORTAL MMC).

A partir de 1975, o Ano Internacional da Mulher criado pela ONU, foi retomado o Movimento Feminista, que atuou em grupos de estudo e organizou jornadas de luta e formas de mobilização. No Brasil, as feministas organizaram movimentos pela anistia e pela liberdade política, realizavam estudos, diagnósticos, mobilização pública. Vale ressaltar que foram mulheres que iniciaram o movimento pela anistia (TELES,1993).

As reivindicações, os movimentos feministas organizados, tiveram grande resultados colocando a mulher no patamar jamais esperado, principalmente a partir da década de 80, quando as mulheres começaram a manifestar de forma mais crítica e visível através de, manifestações públicas, televisivas , como passeatas e movimentações políticas, propagandas , além de outras ações com o objetivo de mostrar que a questão feminina é grave e precisa ser vista pelo Estado, principalmente sobre os casos de violência que ocorriam contra mulheres. Então, em 1980, recomenda-se a criação de centros de autodefesa, para coibir a violência doméstica contra a mulher, quando surge o lema “Quem ama não mata²¹”.

Em 1985 o governo federal criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, ano em que também surgem as delegacias especiais da mulher, o que representou o reconhecimento da violência contra a mesma (SCHUMAHER, 2004).

Com o advento das Organizações Não Governamentais²², o movimento feminista no Brasil passou de militância voluntária à militância profissional, com ONGs femininas que voltam-se à saúde reprodutiva, aos direitos legais, à violência contra a mulher e à educação, pois “ligam-se a sindicatos, a partidos e associações de bairro” (...) e “de maneira geral, ONGs de mulheres originaram-se de grupos de auto-ajuda e reflexão sobre saúde, sexualidade e reprodução humana do final da década de 1970. O SOS Corpo... é um exemplo”

²¹ SAFFIOTI, 2004, p.52.

²² Também criadas, segundo Corrêa, 2001, por a redemocratização do país.

(PATARRA, apud ABURDENE, 1993, p. 437 a 439). Ela foi criada em 1980 em Recife (PE), tendo como objetivo central a construção da cidadania feminina. Céli (em OTTO, 2004), alerta para a possibilidade de a presença das ONGs estarem levando o movimento ao passado, pois ele deve procurar sua própria identidade na sua bandeira de luta.

A atuação dos movimentos feministas foi fundamental para garantir, na Constituição Brasileira de 1988, os direitos das mulheres. Sob o slogan: “Constituinte sem a participação das mulheres é constituinte pela metade”, grupos de mulheres em todo o Brasil, realizaram passeatas, colheram assinaturas em abaixo-assinados que foram enviados para os parlamentares em Brasília, exigindo direitos na nova Constituição (PINTO apud LISBOA, 2010, p. 71)

Enfim, o movimento feminista no Brasil tem diversos momentos, estágios de evolução, mas em todos deixou claro que a mulher sabe o que quer e luta por isso e até frente ao Estado Neoliberal ele procura uma saída para a situação feminina quando em desvantagem. Foi através da luta e do sofrimento de mulheres corajosas que foi possibilitada, na atualidade, a oportunidade feminina de ocupar novos espaços como cidadã e conseguir emergir na sociedade, enfrentando e vencendo o preconceito e a submissão.

Em meados da década de 1990, surgem núcleos de estudos e pesquisas sobre as temáticas de gênero, violência e outros em todo o Brasil. E a partir de 2000 são propostos eixos específicos que contemplam a temática de gênero articular ao Serviço Social nos encontros da categoria, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBASS) e Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social (ENPESS). (LISBOA, 2010, IN Catálisis, p. 71)

A mulher brasileira, de modo geral, hoje pode olhar para trás e ver que alcançou muitas vitórias na superação do patriarcado e a sal exclusão histórica, mas ainda não está satisfeita, pois ela agora luta como parte da classe trabalhadora pela exclusão capitalista.

3.3 Mulheres e políticas públicas no Brasil

O estudo de gênero começou no Brasil no fim da década de 1970. Neste período novos atores sociais surgiram no cenário político do Brasil, incluindo os cidadãos em processos decisórios. Participam movimentos sociais para mudar o processo de ação do Estado, na luta por democratização ligada aos serviços públicos. As mulheres estão presentes nestes movimentos sociais. A mulher passa a ser sujeito coletivo, buscando atuar no espaço público. Primeiro a mulher se engloba na luta dos trabalhadores, depois, passam a considerar temas relacionados às condições quanto à sexualidade, violência contra ela, direito a creche e à saúde, igualdade de sexos, e contracepção implantada (LOURO, 2008).

Nesta perspectiva, na década de 1980, foram criadas as primeiras políticas públicas com referência a gênero, foram criados conselhos nacional e estadual de direitos e programa de assistência à saúde. Em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), associado ao Ministério da Justiça com objetivo de promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar-lhe a participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.

Conselhos Gestores de Políticas Públicas evidenciam que, nestas instâncias, há uma significativa presença feminina. Os Conselhos são instâncias de discussão e deliberação de políticas públicas, amparadas por legislação nacional e que apresentam um desenho institucional estruturado e sistêmico, podendo atuar nas três esferas governamentais (município, estado e união). Suas atribuições são legalmente determinadas e incidem na formulação, implementação e fiscalização das políticas na respectiva esfera governamental onde atuam. Convém ressaltar duas características centrais da composição destes espaços: a paridade na representação entre sociedade civil e Estado e a participação por representação de entidades ou organizações da sociedade civil. Presença das mulheres nos Conselhos Gestores

indica também o papel particular que elas vêm desempenhando na efetivação de direitos sociais, cuja ausência responde pelas dificuldades das mulheres saírem do mundo privado.

Assim, no trabalho com as expressões da questão social, como é a questão feminina-, preconceito, violência, pobreza, etc.-, o profissional do serviço social desempenha uma mediação na luta das mulheres pelos seus direitos, pois,

(...) o papel central do serviço social é o de mediador dos interesses da população com a qual trabalha, que exerce sua prática de forma crítica, criativa e politizante (Iamamoto, 1999). Nessa perspectiva o serviço social não deve perder de vista a história de nossa formação social de tipo patrimonial caracterizada pela centralização absoluta do poder do Estado, que conseguiu impedir o fortalecimento da sociedade civil colocando obstáculos ao aparecimento de canais de representação dos interesses autônomos da sociedade (GOMES, 2009, p. 15).

Assim, o Assistente Social é um profissional que trabalha com as políticas sociais para mulheres na viabilização dos direitos, conscientizando-as, sendo que,

(...) as questões de gênero são fruto de uma construção social da desigualdade, que se originou de um modelo de organização da sociedade pautada por valores que regem o sistema capitalismo. Isso significa que esta desigualdade se configura para o SSO como uma das facetas da questão social. Na contemporaneidade, Iamamoto (1999) define que o objeto do trabalho do SSO se compõe pelas diferentes expressões da questão social, ou seja, pelas suas conseqüências, surgidas a partir das desigualdades originadas no contexto do capitalismo. Para a autora, o objeto de trabalho, ou matéria-prima do SSO, se constitui nas particularidades das expressões da questão social e como são experimentadas pelos sujeitos sociais, sobretudo na relação com trabalho e classe social (MANFRINI, 2008, p. 2-3).

Desta forma, junto a outros profissionais o Assistente Social está junto aos grupos que lutam por seus direitos, na busca pela consolidação dos mesmos através de políticas sociais. O Assistente social deve pensar políticas que emancipem os sujeitos, pois,

O assistente social é o intermediador direto tanto no atendimento concreto às necessidades apresentadas, como responde pelo componente socioeducativo que permeia a produção dos serviços assistenciais (YAZBEK, 1999, apud SOUZA, 2001, p. 18).

No Código de Ética do Serviço Social está inscrita em seus princípios fundamentais a “(...) opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma

nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (BONETTI,1998:218, apud SOUZA, 2001, p. 19).

Como a mulher está inserida em um grupo a que historicamente teve seus direitos de cidadania negados, submetida à dominação-exploração do sistema capitalista, ela tem que ter consciência. Assim, na divisão técnica do trabalho, o Assistente Social volta-se à prestação de serviços e à ação educativa (político/ideológica) para a inserção do seu cliente tanto institucional como na vida social; e no fortalecimento de projetos e lutas de classe na sociedade. Ele deve criar “condições materiais e espirituais para a sobrevivência das classes populares”²³ para então participar do processo de reprodução social junto a outros profissionais. Sempre se deve ter em vista que o usuário, no caso a mulher é sujeito de direito que merece ter visão crítica de totalidade e posicionamento político, postura esta do serviço social também, especialmente na era dos direitos da Constituição Cidadã, a Carta Magna de 1988, que definiu a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres.

Depois da Constituição Federal de 1988 foram descentralizadas as políticas públicas, e nesse contexto incluem-se aquelas voltadas para mulheres, voltadas para o nível estadual e municipal. Nos últimos anos são realizados encontros de discussão de políticas públicas para mulheres:

As políticas e as ações afirmativas para mulheres são, atualmente, as medidas mais concretas para garantir a equidade de gênero. Os princípios éticos das ações afirmativas devem concentrar-se na compensação, na reparação, na equidade e na justiça. A equidade de gênero se refere à distribuição justa de direitos, oportunidades, recursos, responsabilidades, tarefas entre os gêneros respeitando as diferenças entre homens e mulheres. Pressupõe, ainda, ações para dotar as mulheres dos institutos, recursos e mecanismos necessários para participar e deixá-las preparadas para exercer cargos, propor e participar das decisões que lhe dizem respeito (LISBOA, 2010, in CATÁLISIS, 2010, P. 73).

Assim, supõe-se certa efetivação do posicionamento da mulher como sujeita de sua vida.

²³ YABBECK, 1999, apud GOMES, p. 2.

Em 1998/99, a Fundação Friedrich Ebert Stiftung lança o projeto "Gênero nas administrações- desafios para prefeituras e governos estaduais" entre outros recentes que fortalecem a tendência de formulação de propostas de políticas públicas (NOGUEIRA, GODINHO e SOARES, 2000).

Foram sendo desenvolvidas políticas inclusivas. Reinvidica-se para que mulheres sejam participantes da formulação, da implementação e do controle de políticas públicas para elas (SEPPM, 2008).

Dentro de um contexto de lutas surgiu o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), vindo depois o II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (II PNPM, 2008) como resultado da mobilização de quase 200 mil brasileiras que participaram, em todo o país, das conferências municipais e estaduais e elegeram 2.700 delegadas à II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres), realizada em agosto de 2007:

O II PNPM expressa a vontade política do Governo Federal em reverter o padrão de desigualdade entre homens e mulheres em nosso País. Este não é um Plano da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. É um Plano de Governo. Este não é um Plano que traz benefícios só para as mulheres. É um Plano que beneficia toda a sociedade(II PNPM, 2008, p. 2).

Assim, fazer políticas para mulheres, sendo ela inserida no seio da sociedade, se beneficia esta, recompensando o esforço de muitas mulheres que lutaram por toda a história.

Assim,

É preciso destacar que a incorporação do debate sobre a equidade de gênero nas políticas públicas, no Brasil, é resultado de um longo processo social e político de participação, sustentado em grande medida pela visibilidade e legitimidade que os movimentos feministas têm alcançado nos últimos 20 anos. Também, pela produção de conhecimento sobre a temática das relações de gênero, e pela resistência das mulheres no cenário político e social como sujeitos sociais, cujas demandas questionam a estrutura de poder e a organização da vida cotidiana baseada no centro dos debates o tipo de democracia em exercício, lutador para afirmar a democracia de gênero como estratégia de empedramento não só político, mas também socioeconômico e cultural das mulheres (LISBOA, 2010, IN CATÁLISIS,P. 73).

Desta forma, os direitos referentes à dignidade da mulher estão inscritos nos planos das políticas públicas, num momento da vida social em que esta é considerada de certa forma igual ao homem, ao menos no papel. É claro que é preciso muito esforço pra que isto seja efetivado tudo o que está nas leis.

4 A MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Tendo vivido em situações diversas ao longo do tempo, em diferentes lugares do planeta, o que ficou marcado na história da mulher foram as relações sociais, de poder, em que ela estava num patamar inferior ao masculino.

As revoluções do capitalismo que expandiram e transformaram o mundo do trabalho acolheram, ou mesmo excluíram pessoas, e então, homens e mulheres, a fim de inserir-se no mercado de trabalho para garantir o seu sustento e o de sua família tiveram de transformar seus modos de vida. Logo, a mulher precisou sair do âmbito doméstico, até então visto como único espaço em que poderia atuar, como executora de tarefas domésticas e cuidadora da família e de seu provedor homem, para inserir-se no espaço público em um momento em que a força de trabalho era explorada pelos donos dos meios de produção, que pagavam ao trabalhador salários minúsculos. Ela teve de estar preparada para contribuir com o sustento da família, com vencimentos inferiores aos masculinos por ser mulher.

Assim, junto a trabalhadores homens a mulher era parte da classe trabalhadora explorada, porém ela se encontrava numa situação ainda pior pela dupla exploração, tanto como parte da classe trabalhadora, quanto como mulher, devido ao preconceito de gênero materializado na sociedade industrial e que firmou uma divisão sexual do trabalho. Com as manifestações do movimento feminista, muitas mulheres buscaram sua emancipação, por a competição em termos de igualdade com o homem, e por isso procurou se qualificar para o mercado de trabalho, exigente, e na atualidade muitas mulheres possuem diplomas universitários, e tentam inserir-se em postos de trabalho que por tradição foram masculinizados, conseguindo inserir-se, apesar do ainda presente preconceito, em sociedades que preservam o patriarcado e o reproduziram no mundo do trabalho.

4.1 A inserção da mulher no mercado de trabalho

A mulher esteve por muito tempo mais ligada ao espaço privado, nas sociedades pré-industriais, até porque não eram distinguidas as tarefas produtivas das domésticas²⁴, pois todos os familiares trabalhavam na terra ou em trabalhos manuais, sendo a mulher a principal encarregada dos serviços domésticos e, segundo Perrot (2007) sempre trabalhavam em casa, “não passavam de ajudantes de seus maridos, no artesanato, na feira ou na loja”²⁵. E sua situação permaneceu com a instauração da sociedade industrial, bem como serviu de ponto de partida para a divisão sexual do trabalho.

²⁴ Neste caso, segundo Marx (1980), trabalho produtivo é aquele que produz mais-valia e o improdutivo não produz. Assim, trabalho doméstico não foi considerado produtivo.

Em relação não distinção entre o trabalho produtivo e o doméstico, Perrot, 2005, afirma que estas atividades eram confundidas, e portanto, o trabalho feminino não era reconhecido na esfera da produção.

²⁵ Perrot, 2007, p. 109.

Na sociedade moderna, a partir do século XVIII, houve a transferência da produção familiar, em casa, para a fabril, fora de casa, ou seja, do espaço público para o privado. Estava acontecendo a Primeira Revolução Industrial, criadora de um maquinário moderno, surgida na Inglaterra e logo dissipada ao mundo no século XIX²⁶. A revolução é o ponto máximo para a superação da fase de acumulação primitiva do capital pelo capitalismo pleno. Também esta revolução levou muitos camponeses e camponesas à cidade, espaço que concentrou muita gente, um verdadeiro aglomerado de um exército de mão-de-obra reserva, de intensa exploração da força de trabalho humana para adquirir a mais-valia, o lucro, o trabalho excedente. Mas as cidades foram também espaços de ação coletiva, onde trabalhadores e trabalhadoras se manifestaram na busca por melhores condições de trabalho, melhores salários e dignidade em seus ofícios.

Tendo nascido a indústria moderna pela sua revolução, a força física foi substituída pela máquina, exigindo do homem o conhecimento do manuseio com a mesma, sendo muitas pessoas contratadas para trabalhar com um novo tipo de tecnologia para a época, as máquinas, dentro de ambientes coletivos e fora do doméstico, embora o trabalho doméstico tendo permanecido. A casa e o local de trabalho foram separados em esferas distintas e coube ao homem ir buscar o sustento da família nas indústrias e à mulher restou o trabalho doméstico.

De qualquer forma, houve a necessidade de a mulher se lançar no mercado de trabalho porque os salários pagos aos homens eram baixos devido à exploração de sua força de trabalho pelo modo de produção capitalista, porém, a exploração que a mesma sofreu foi ainda maior²⁷ por ser mulher. Sua contratação para o trabalho das fábricas se deve à busca por força de trabalho barata pelos donos dos meios de produção, que contratam mulheres e

²⁶ Em Ornellas, 2006.

²⁷ GIDDENS, 2005.

crianças²⁸ para trabalhar em suas fábricas com intuito de lhes remunerar com salários menores que dos homens adultos, pois o trabalho feminino só era considerado adequado se fosse realizado em casa²⁹. Assim, a mulher era explorada de duas formas, pois de um lado pertencia à classe trabalhadora e por outro recebia vencimentos menores que os masculinos, e assim a indústria moderna incorporou muitas mulheres, que trabalhavam o dia todo em tempo indeterminado, além do que, enquanto estavam em casa se ocupavam de cuidar da família e de outros serviços domésticos. Simplesmente por ser mulher se trabalhava uma dupla jornada e ainda com muita exploração no trabalho do âmbito privado. Mas foi o trabalho doméstico, que segundo Perrot (2007) marcou todo o trabalho feminino³⁰. Isso se aplica tanto nas funções exercidas por as mulheres, ditas femininas, similares aos trabalhos domésticos, como por exemplo o emprego em setores têxteis, na costura, quanto ao amplo setor de emprego feminino em casas de família, além da dupla jornada das trabalhadoras de diversos setores da economia que continuaram como donas-de-casa.

Percebe-se que à mulher foi atribuída a função de eterna dona-de-casa³¹, pois teve que saber lidar com o trabalho de fora e com o doméstico, sendo este considerado improdutivo e com responsabilidades tais como cuidar da criança pelo fato de aleitá-la, que é tarefa da mãe, cuidar dos idosos da família, fazer comida, cozinhar, entre outras, configurando-se para ela uma dupla jornada de trabalho. No caso das donas-de-

²⁸ Marx, 1971, apud Nogueira, 2004.

²⁹ Nogueira, 2004.

Inclusive uma mulher que trabalhasse fora podia ser considerada imoral (Perrot, 2007).

A mulher, em sociedade pré-capitalistas já ganhava seu sustento “como fiandeira, costureira, ourives, cervejeira, polidora de metais, fabricante de botões ou de rendas, ama, criada de lavoura ou criada doméstica nas cidades e no campo da Europa e da América” (SCOTT, 1994, apud NOGUEIRA, 2004, p. 24).

³⁰ Segundo Perrot, 2007, com a industrialização, aconteceu o êxodo rural, quando um grande contingente de pessoas se desloca do campo para buscar trabalho nas cidades, com isso, muitas mulheres jovens procuram trabalhar em casas de família, configurando-se aí um amplo setor de trabalho feminino. E pelas cidades se via camponesas com trabalhadores das fábricas, ou camponesas grávidas, alvos de preconceitos da sociedade.

³¹ O trabalho executado por esta dona-de-casa configura em um trabalho não-remunerado, o qual significa economia no orçamento doméstico, não precisando de contratação de trabalhadora remunerada para exercê-lo.

casaburguesas³², Perrot (2007) destaca que estas poderiam contar com o auxílio de outras mulheres nos serviços de casa, enquanto elas comandavam o trabalhos de suas empregadas, cuidar do marido e da educação dos filhos. Assim, seus planos profissionais ficaram para segundo plano, e seu dia-a-dia foi por muitas vezes ditado por suas funções biológicas. Nota-se então uma divisão de espaços para mulheres e para homens, respectivamente nos espaços privado e público, e mesmo presente no espaço público ela não pode se desvencilhar do privado, mas prevaleceu única ou principal responsável pelo mesmo, principalmente se ela tem salário menor que seu marido.

Com a eclosão das duas guerras mundiais e a ausência do homem nos postos de trabalho devido à participação nas mesmas as mulheres tiveram que assumir os empregos até então ocupados por homens, mostrando-se capazes de assumir os postos masculinas no mercado de trabalho até que, não custou muito, ao retornarem da guerra, os homens voltaram para seus espaços (Perrot, 2007). Num período de crise, como ocorreu com a Grande Depressão dos anos de 1930, as mulheres trabalhadoras foram as primeiras a ser despedidas de seus empregos. Nota-se que a mulher estava em segundo plano nas contratações e só na falta ou ausência dos homens é que elas trabalham³³.

A Revolução Industrial, à medida que se espalhou pelo mundo e produziu equipamentos mais modernos, o que significou transformações intensas no mundo, com isso no do trabalho, especialmente a partir das últimas décadas do século XX, a partir dos anos 1970. Com a conquista da energia nuclear, as revoluções microbiológica e da informática, isto associado ao processo de reestruturação produtiva com base na substituição do

³² É importante destacar que a mulher burguesa não precisava trabalhar, nem se fazia questão que o fizesse, pois o homem da família já ganhava o suficiente para lhe sustentar, claro que às custas da exploração de outras pessoas, os donos da força de trabalho, que a vendem em troca de salários miseráveis.

³³ Coelho, 2004, in: Revista Observatório Social.

taylorismo/fordismo³⁴ pelo toyotismo³⁵, houve uma nova forma de lidar com a mão-de-obra do trabalhador, com a especialização flexível. E com tais modificações, a categoria trabalho precisou realizar as devidas mudanças para permanecer atual entre as sociedades de classe e as exigências de qualificação do trabalhador se traduzem em forma de polivalência, maneira de se multiquificar. Surgem novas relações de poder, exigência pela “delegação-liderança”, uma forma hierarquizada de organizar as empresas/fábricas³⁶, em que o trabalhador, para ser responsável por determinados setores tem de estar preparado, buscando uma qualificação, que lhe garanta um *status* e salário melhores no trabalho.

Diante de um quadro de mudanças e exigências, o trabalhador homem foi estimulado a uma qualificação para que pudesse certos postos de trabalho porque eram considerados aptos, enquanto a trabalhadora era relegada ao segundo plano, seu rendimento sendo inferior ao do homem, e por isso mal paga ou não contratada pra trabalhar em determinados cargos, mas para aqueles considerados femininos, monótonos, de auxílio. O trabalho exercido por uma mulher fora, desvalorizado, e como isso sofreu duras conseqüências, como valer baixos salários.

No mundo do trabalho o poder de estar no topo das relações hierárquicas foi posto junto à divisão de cargos, e com isso, a mulher permaneceu da mesma forma que em casa, num patamar inferior, onde o homem era chefe e, no entanto seu superior hierárquico, ela em ocupações de baixo *status*, em ocupações assemelhadas aos afazeres domésticos, considerados femininos, inferiorizados. Foram então consideradas como funções femininas as de professora³⁷, enfermeira, costureira, lavadeira, entre outras, que, mesmo profissões

³⁴ Modelo de produção em série, por funções distintas.

³⁵ Modelo de produção em massa, por um trabalhador que tenha muitas especializações, a chamada especialização flexível.

³⁶ Cruz, 2005.

³⁷ Inclusive, segundo Perrot (2007), a profissão de professora foi a primeira profissão do serviço público que, em 1920, teve lei específica proibindo a desigualdade salarial.

desvalorizadas contribuíram com a emancipação feminina ao menos ao nível econômico, pois a mulher aprendeu a lidar com dinheiro, gerenciando seu orçamento.

Para ter uma noção que os trabalhos assemelhados aos domésticos são atribuídos à mulher, em 1973, nos Estados Unidos, 93% de cuidadores de crianças, 81% dos professores de primário, 72% de técnicos em saúde, 98% de trabalhadores de enfermagem, 83% de trabalhadores de biblioteca, 99% de trabalhadores em secretarias e 92% dos atendentes eram mulheres. E foram grandes os números de mulheres exercendo funções como estas pelo mundo inteiro, não exatamente estas mesmas porcentagens, mas, esse é um exemplo. Em números, nota-se a evolução da mulher no mercado de trabalho de 1965 a 1991, que passa de 39,6 milhões para 52,2 milhões, enquanto os homens passam de 83 milhões para 81, 8 milhões (CRUZ, 2005, p. 68).

No século XX surgem empregos para mulheres em escritórios, nos correios, em asilos, como enfermeiras. Atualmente, segundo Perrot (2007) é no setor terciário, em lojas do comércio, que mais se emprega as mulheres, pois 75% das mulheres que trabalham estão neste setor.

É a mulher que continua principal responsável pelas tarefas do lar embora esteja inserida no mercado de trabalho. Na situação de igualdade entre homens e mulheres ocorre uma divisão de tarefas domésticas, embora seja a mulher quem faça a maior parte delas, ou principal responsável, que, na utilização de equipamentos domésticos tem reduzidos seus esforços na execução destas tarefas, pois a sociedade industrial quis formar uma autêntica dona-de-casa, que contribui com o orçamento doméstico, pois além de trabalhar fora ela não contrata nenhuma empregada doméstica e economiza nos custos.

As relações sociais, e basicamente as relações de gênero são produzidas e reproduzidas dentro do contexto patriarcal e capitalista, que contribuem para a opressão/exploração feminina, assim, a questão de gênero baseia-se nas diferenças percebidas entre os sexos e é representada através das relações de poder, através das quais, mesmo contra a resistência da mulher, o homem impõe suas vontades. Nota-se que o capitalismo se utilizou do regime patriarcal das relações sociais entre homens e mulheres, reproduzindo-as e explorando e oprimindo mais intensamente as mulheres.

Mas mesmo assim, tanto mulheres ricas como mulheres pobres entraram no mercado de trabalho a partir da década de 1970 tendo como motivo a necessidade econômica. Nesta década estava acontecendo o processo de reestruturação produtiva em todo o mundo, trazendo consigo a crescente feminização no mundo do trabalho, trazendo consigo a precarização da força de trabalho feminina³⁸.

No Brasil, desde a década de 1970, se passa por transformações de cunho demográfico, sociológico e cultural, como “(...) queda de fecundidade, envelhecimento da população, redução do tamanho da família, acesso das mulheres à educação, redefinição dos papéis ocupados por elas na vida pública e na sociedade em geral” (CRUZ, 2005, p. 153). A partir desta década aos anos 1980 o número de mulheres na indústria cresceu, com isso, o número de mulheres trabalhando e após os anos 1990, no contexto neoliberal, vem crescendo a precarização do trabalho feminino. Mas muitas mulheres aprenderam a buscar seus direitos, a sindicalizar-se, e a buscar por meio de movimentos de mulheres ou junto à classe trabalhadora seus direitos. Mas de fato, a forma desigual pela qual a mulher foi inserida no mercado de trabalho, com “empregos atípicos [...], desfavoráveis em termos de status, horários e perspectivas de progresso”³⁹ têm influenciado em relação a seu acesso aos direitos

³⁸ Segundo Nogueira, 2004.

³⁹ Meulders, 2003, apud Lima ET AL, 2010, p. 43.

previdenciários no Brasil⁴⁰. Sua presença em empregos precários é maior que a presença masculina.⁴¹ Porém, as mulheres contribuem com o PIB nacional, e mundial em 40%. Assim acontece a participação da mulher no mercado de trabalho, na produção, como na reprodução, com o trabalho doméstico, formas inegáveis de contribuição com a economia.

No contexto da reestruturação produtiva, em que o trabalhador deve ser polivalente e multifuncional diante de um exército de reserva que lhe pode tomar o posto de trabalho, a qualificação é a “arena política onde se disputam credenciais que conferem reconhecimento e asseguram o acesso a classificações vigentes no mundo do trabalho”. Aí se deve analisar as “hierarquias, os micropoderes, os complexos mecanismos que se sustentam nas relações sociais revelados na valorização das qualidades culturalmente construídas; também (...) o mundo do trabalho, em termos de acesso ao mercado, às classificações, aos benefícios”. Entra em jogo para a qualificação do profissional, os aspectos técnico e de personalidade, como gênero, etnia e geração e são criados limites para o reconhecimento do indivíduo como capaz ou incapaz. Dessa forma, a qualificação dentro das relações sociais aparece “como resultado de uma correlação de forças entre capital e trabalho, noção que resulta da distinção mesma entre qualificação dos empregos e qualificação dos trabalhadores”⁴².

A qualificação consiste na preparação do trabalhador para solucionar conflitos que possam surgir ao exercer sua atividade profissional, mas o trabalhador não está desvinculado de suas experiências em família, do que aprendeu. A mulher e o homem levam ao ambiente de trabalho seus conhecimentos de si mesmos e do mundo, devendo no atual processo interagir e ser flexíveis.

⁴⁰ Lima ET AL, 2010.

⁴¹ Em dados do IBGE/PNAD, 36,4% de mulheres e 10,1% de homens em 1998 (Lima ET AL, 2010).

⁴² Cruz, 2005, p. 97.

Nessa perspectiva, é necessário o profissional ser mediador nas relações sociais, este no topo de uma hierarquia, mostrando-se capaz diante de um exército de mão-de-obra, treinamento dos trabalhadores para maior rendimento, com maior responsabilidade, mais envolvimento e participação no processo produtivo, agora com novas tecnologias. Exige-se curso superior para certos cargos, e nível técnico para outros, e na busca por inserção no mercado de trabalho homens e mulheres tentam alcançar suas qualificações. E as condições para inserção da mulher neste mercado são distintas das masculinas, pois, na sociedade capitalista se reproduzem relações patriarcais, mesmo a mulher tendo chegado, como aconteceu, a um patamar elevado no sentido de preparação mesmo, a ponto de estar inserida no ensino superior. Ela encontra dificuldades em ocupar espaços técnicos de nível superior, mesmo que seja maioria em certos cursos. Para Marías (1981) “a grande ampliação das possibilidades femininas não ocorrerá antes que a mulher tenha pleno acesso à cultura universitária”⁴³

Segundo Cruz (2005), o trabalho está dividido de acordo com a escolaridade, ou superior ou o nível médio. Do nível superior se destacam as engenharias, ou química, mecânica, elétrica, civil e outras áreas que são ocupadas predominantemente por homens. No Estado de Sergipe, muitas mulheres possuem formação técnica superior em ciências exatas e tecnológicas, mas não há emprego garantido para elas na área técnica, sendo que nas engenharias, elas são 7,7% e os homens são 11,0%, mas em profissões de baixo *status* como “assistentes ajudantes, auxiliares administrativos e outra similares” com baixo *status*, sem exigência de alto grau de qualificação, a mulher está presente como 84,2% das pessoas⁴⁴.

Muitas mulheres buscam se qualificar, com avançada escolaridade, de forma a recompensar a sua não aceitação nos padrões sexistas profissionais, dando-se as

⁴³Marías, 1981, p. 51.

⁴⁴ CRUZ, 2005, p. 171-173.

oportunidades de extinção da desigualdade salarial de ambos, homens e mulheres. Porém, por ter nível superior a mulher não tem garantido cargos superiores, mas “enquanto para os homens atingir o grau superior significa aumentar seus rendimentos 4,2 vezes, para as mulheres, o mesmo esforço eleva 3,6 vezes sua remuneração”⁴⁵. Isso se deve à falta de interesse de empresas em preparar mulheres para certos cargos. A forma certa mesmo de ela ascender na empresa é através de concursos públicos, uma saída para as desigualdades enfrentadas no mercado de trabalho, pois, como as empresas não estão livres do sistema de dominação/exploração patriarcal, estas adotam critérios seletivos universalistas e racionais para contratação de empregados, que atenuam as desigualdades dentre grupos sociais, a partir de oportunidades dadas a uns e da exclusão de outros ao ingresso em determinadas carreiras profissionais.

O processo de distribuição sexual do trabalho naturalizou-se, mas muitas mulheres buscaram suas qualificações para se inserir em vários cargos, em diversos locais, seja em empresas, ou na esfera pública, esta ligada à administração estatal, onde o ser humano pode emancipar-se, pode formar suas representações sociais para o enfraquecimento do patriarcalismo e do sistema de dominação/exploração.

Segundo Antunes (2010), “as relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada”⁴⁶. Assim no universo do trabalho as pessoas são meros instrumentos de reprodução do patriarcado, e o reproduzem, desde a sua educação, até apropriar-se de profissões consideradas femininas e masculinas, de acordo com o sexo biológico. E nas formas de dominador e dominado também cada um exerce seu papel, sendo

⁴⁵ REVISTA OBSERVATÓRIO SOCIAL, MARÇO, 2004, p. 51.

⁴⁶ Antunes, 2010, In: Catálisis, 2010, p. 9.

o homem superior natural da mulher e ela aceitando consciente ou inconscientemente este lugar.

É na esfera pública⁴⁷, como cidadã que a mulher tem condições de questionar a dominação masculina e sua submissão, até mesmo em questão à organização feminina por melhores condições no trabalho, de maneira que as mulheres foram muitas vezes pouco interessadas, até mesmo porque as reivindicações e manifestações em público foram consideradas domínio masculino. Como consta no livro “O segundo sexo” de Beauvoir,

Em 1920 contam-se 239.016 operárias e empregadas sindicalizadas para 1.580.967 trabalhadores e, entre as trabalhadoras agrícolas, somente 36.193 sindicalizadas entre 1.083.957, ou seja, ao todo, 292.000 mulheres sindicalizadas num conjunto de 3.076.585 trabalhadores inscritos nos sindicatos. E uma tradição de resignação e de submissão, uma falta de solidariedade e de consciência coletiva que as deixam assim desarmadas diante das novas possibilidades que se abrem para elas.

Resulta dessa atitude que só lenta e tardiamente foi o trabalho feminino regulamentado. A primeira carta de trabalho feminino data de 2 de novembro de 1892; ela proíbe o trabalho noturno e limita o horário da fábrica, mas deixa a porta aberta a todas as fraudes. Em 1900, esse horário é fixado em dez horas; em 1905, o descanso hebdomadário torna-se obrigatório; em 1907, a trabalhadora obtém a livre disposição de seu ganho; em 1909, é assegurada licença remunerada às parturientes; em 1911, os dispositivos de 1892 são revalidados imperativamente; em 1913, regulamentam-se as modalidades concernentes ao descanso das mulheres antes e depois do parto, e proibem-lhes trabalhos perigosos e excessivos (BEAUVOIR, 1970, p. 150).

As conquistas trabalhistas para as mulheres foram mais lentas que para os homens. Só no pós guerra é que algumas fábricas se organizam para receber as mulheres, com construção creches, por exemplo, para que possam ter onde deixar seus filhos e trabalhar.

No Brasil, para tentar amenizar a questão trabalhista feminina só em 1943 é que surge a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que diz: “as empresas que empreguem mais de 30 mulheres com idade acima de 16 anos são obrigadas a manter um local apropriado para guardar os filhos de suas empregadas, no período de amamentação” (PATARRA, apud ABURDENE, 1993, p.57). Mas nem ela não foi respeitada.

⁴⁷ Segundo Cruz, 2005.

Através das lutas dos movimentos de mulheres, inclusive como parte da classe trabalhadora, há tentativas de superação das desigualdades sexuais do mundo do trabalho, entre outras bandeiras de luta pelos direitos das mulheres, então negados ao longo da história, e negados também seus direitos ao trabalho, bem como as condições de dignidade no mesmo. E junto a estes movimentos ou representações coletivas estão as conquistas femininas na questão do trabalho. Mas elas tiveram de buscar suas qualificações, mostrar-se capazes e lutar por seus direitos, até alcançá-los. Ela precisa ser a “massa crítica”⁴⁸ para superar o patriarcado, como ocorreu no século XX através dos movimentos sociais em que se englobou.

No Brasil, após a Constituição Federal e cidadã de 1988, foi declarada igualdade entre todos, inclusive entre homens e mulheres, o que não foi visto nem garantido de fato. Assim, permanecem as situações de falta de equidade, e exemplo da diferença salarial, não se respeitando os dispositivos constitucionais, excluindo-se a mulher de vários espaços, o que constitui uma forma de preconceito, de gênero, também proibido pela Carta Magna. Também,

O artigo 461 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) proíbe a distinção de remuneração entre os que exercem idêntica função, na mesma localidade e para o mesmo empregador. A Lei nº 9.029/1995 elenca práticas discriminatórias que constituem crimes. Por exemplo, a exigência, pelo empregador, de testes relativos à esterilização ou estado de gravidez. Ou ainda, a adoção de medidas que induzam à esterilização genética. A CLT também proíbe anúncios de emprego que façam referência ao sexo, salvo quando a natureza da atividade o exigir; a recusa de empregar, promover ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez; considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional; impedir o acesso ou adotar critérios subjetivos para inscrição em concursos em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez; proceder revistas íntimas nas funcionárias (REVISTA OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2004, p. 55).

Passando a serem sujeitos coletivos⁴⁹, na busca de atuar no espaço público, primeiro a mulher se engloba na luta dos trabalhadores, depois, passa a considerar outros

⁴⁸ Categoria citada por Aburdene (1993) e que se define como um pequeno grupo que se pretende questionar os sistemas de dominação presentes numa sociedade.

⁴⁹ A operária do século XIX já participava de greves, mas as lideranças eram masculinas.

temas, como sexualidade, violência contra ela, direito a creche e à saúde, igualdade de sexos, e contracepção.

A partir do final da década de 1980, começam a surgir nas centrais sindicais as comissões ou secretarias de mulheres, onde os debates geram propostas de ações sindicais e trazem a possibilidade das mulheres de se organizar e influir nas políticas e práticas sindicais.

Há uma questão cultural a ser vencida, a de que "sindicato é lugar para homem" (REVISTA OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2004, p. 47).

Nota-se que o patriarcado impôs condições econômicas à mulher, as quais o modo de produção capitalista fez permanecer, submetendo a mulher ao ser masculino, dificultando sua emancipação. O processo de distribuição sexual do trabalho naturalizou-se, mas o fato de a mulher estar inserida no mercado de trabalho lhe possibilita a posse da independência econômica, esta oferecendo-lhe a chance de relacionar-se com os homens de forma igualitária.

Se uma mulher tem um nível alto de qualificação, ela é facilmente empregada, sem que seu estado conjugal possa interferir e um outro fator que facilita a sua inserção no mercado de trabalho é a redução do número de filhos. Porém, continua atribuída à mulher a tarefa de educá-los, principalmente diante da falta de instituições (como creches) responsáveis por esta atividade, mas o próprio trabalho, pode ser o condicionante para a redução de seu número de filhos, e com este limite, a mulher toma consciência de seu valor na produção do trabalho.

A esperança da histórica discriminação está, segundo Giddens (2010), com a juventude que ingressa no mercado de trabalho vivencia a segregação ocupacional de gênero em menor intensidade, pois, uma vez que o ensino superior possibilita a todos acesso igual ao conhecimento, dá chance de preparação para o mercado de trabalho, seja para o homem ou para a mulher.

Essa inserção da mulher no mercado de trabalho traz à tona, segundo Nogueira (2004) dois pontos para reflexão, um positivo e outro negativo. O positivo diz respeito à sua inserção em si neste mundo, e o negativo se refere à “precarização⁵⁰, intensificação e ampliação das formas e modalidades de exploração no trabalho”⁵¹, de modo que, ao mesmo tempo em que a feminização do trabalho emancipa a mulher, também precariza seu trabalho, lhe coloca numa situação de exploração intensa, inferioridade nos cargos, reproduzindo as relações de gênero patriarcais, desiguais. Se no início da industrialização, quando houve uma entrada maciça da mulher no mercado de trabalho, muitas buscavam contribuir com o orçamento da família, mas outras tantas, ao longo do século XX, com influências dos movimentos feministas e a entrada nas universidades, ingressaram e ingressam em busca de emancipação, de libertação da tutela masculina, de se redescobrir como mulher, como capaz de se manter, de sustentar uma família, de caminhar ao lado dos homens, de adquirir respeito e dignidade, de ser igual em direitos e deveres.

4.2 A inserção da mulher no ensino superior

A luta da mulher para alcançar em algumas situações um papel de igualdade com o homem foi longa na história. Foi um processo difícil, devido ao preconceito sofrido diante de uma sociedade machista e conservadora. Diante disto um dos principais direitos adquiridos pela mulher foi o acesso à educação, este permitiu que a mesma buscasse reconhecimento, melhores condições de vida e a garantia de melhor qualificação profissional. O acesso à

⁵⁰ Em termos de precarização Giddens (2005) se estende a segregação ocupacional, concentração em empregos de meio turno e disparidade salarial. E Nogueira (2004), acrescenta o subemprego e desemprego femininos.

⁵¹ Nogueira, 2004, p. 94.

educação e ao ensino superior foi um grande marco na dura luta feminina, pois durante um longo tempo as universidades, como muitos outros espaços públicos e privados, não eram considerados lugares onde as mulheres deveriam estar inseridas, e sua presença só era permitida se as mesmas estivessem acompanhadas dos seus responsáveis. Hoje no Brasil estas ocupam um grande número nas carteiras das universidades, mas não significa dizer que a reprodução de idéias machistas acabou nas universidades.

Pode-se dizer que além de mãe e trabalhadora formal ou informal grande parte das mulheres são estudantes universitárias. A educação feminina deixou de ser voltada simplesmente à educação doméstica: bordar, costurar, ter aulas de etiquetas, pois isso só lhes garantiria um “bom” casamento, servindo aos maridos, que diferente das mulheres, tinham ingressado na educação desde cedo, facilitando sua entrada nas universidades.

Por muito tempo as universidades eram espaços ocupados unicamente por homens, e as mulheres foram proibidas de também terem acesso a essa forma de educação. Sua entrada só foi permitida com a criação de universidades exclusivas para as mesmas. Isso se deu primeiramente nos Estados Unidos no ano de 1837, e aos poucos elas foram se proliferando por outros países. Contudo a maioria dessas universidades não tinha muito a oferecer à educação feminina, pois sua demanda era somente bacharelado como opção, e muito poucas, ofereciam a opção de cursos de doutorado, sem falar que os cursos eram aqueles estereotipados para as mulheres. Por muito tempo essas universidades só existiram nos Estados Unidos e aos poucos elas se expandiram pela Europa, mas de forma muito tímida. O Brasil foi um desses países que arrastou por muito tempo o ingresso das mulheres nas universidades, que apenas a partir do final do XIX é que estas adquiriram o direito ao ensino superior, concedido por Dom. Pedro II, na época imperador do Brasil.

Em 1887 se forma a primeira mulher em medicina no Brasil⁵² pela Faculdade de Medicina da Bahia. E é a partir deste acontecimento que o ensino superior no Brasil vai se destacando e se desenvolvendo. As dificuldades do ingresso feminino na educação ocasionaram em uma grande deficiência educacional e profissional de mulheres, que se tornaram cada vez mais invisíveis e dependentes dos homens, o que acarretou em características pautadas pela sociedade, como de menos inteligentes por exemplo. Hoje o desafio é outro, é adentrar nas áreas que ainda é mínimo o número feminino, onde existe uma divisão sexual nas áreas e desmanchar a ideia de cursos historicamente tidos como femininos, os quais quase sempre são revestidos de preconceitos e construções sociais formadas por uma sociedade patriarcal. Nos dias atuais há um grande número de mulheres em cursos como letras, serviço social, enfermagem etc. Cursos quase sempre ligados ao cuidado da assistência, à proteção. Já os homens, com toda a sua supremacia estão inseridos nas “áreas de predominância masculina”, como Direito, Administração e Educação Física, o que mostra toda essa realidade.

Portanto, buscando contribuir para o melhor entendimento do presente trabalho, foram verificados dados que comprovam a inserção das mulheres no ensino superior, em números vantajosos e que apesar de todas as dificuldades, numa tripla jornada (estudos, trabalho e cuidados do lar), as vagas, em sua maioria, são ocupadas por mulheres, pois buscam emancipação social, econômica e profissional.

Tomando como campo empírico a Universidade Tiradentes, a pesquisa tem como universo as estudantes que enfrentam uma tripla jornada de trabalho em sua vida,

⁵²Dom Pedro II aprova uma lei que autoriza a entrada feminina nos cursos superiores. Isto ocorreu devido ao que aconteceu com Augusta Generosa Estrela, que depois de formada em Medicina, em New York, em 1876, com uma bolsa de estudos concedida pelo próprio Imperador foi proibida de exercer a profissão ao retornar ao Brasil (Blay e Conceição, 1991, apud Queiroz).

trabalhando fora de casa, cuidando dos filhos e de casa e ao final vão a universidade. De acordo com as informações disponíveis pela própria universidade no controle acadêmico em seu quadro geral se encontram matriculados por sexo, em 29/09/2011, 7.303 homens e 10.072 mulheres em toda sua extensão, contando com todos os cursos e períodos em todos os campi na modalidade presencial e à distância. Nesta pesquisa foi focalizado o campus de Propriá/Sergipe, apenas alunos dos cursos de Direito, Administração, Matemática e Serviço Social, no qual o total de matriculados são 311 homens e 417 mulheres só na modalidade presencial.

Isso mostra que apesar de todas as dificuldades as mulheres estão adentrando os espaços acadêmicos, deixando de lado as tarefas do lar para se preparar profissionalmente, em busca de independência financeira e da tutela masculina. Apesar de terem o tempo cronometrado para cada coisa no decorrer do dia, como mostra a pesquisa abaixo publicada pelo IBGE (2006):

Mulheres gastam 25,2 horas semanais, em média, com afazeres domésticos; A população com 12 anos ou mais de estudo praticamente dobrou entre 1995 e 2005, e a frequência ao ensino superior quase triplicou. Esse aumento ocorreu particularmente na população feminina, que atualmente é maioria nas universidades, bem como representa 56,1% da população com 12 anos ou mais de estudo.

Enquanto a população masculina ocupada com 12 anos ou mais de estudo estava distribuída na indústria 15,8%, no comércio e reparação 15,6%, em educação, saúde e serviços sociais 16,8% e em outras atividades 22,3%, no caso das mulheres com esse nível de escolaridade, 44,9% estão no grupo de educação, saúde e serviços sociais. Em resumo, as mulheres estão predominantemente no setor de serviços, em áreas que poderiam ser consideradas extensões das atribuições familiares e domésticas [...].

É importante destacar que, entre 2004 e 2005 houve um ligeiro aumento de 0,4 pontos percentuais na proporção de mulheres na categoria de dirigentes em geral. Os maiores percentuais de mulheres nessa categoria estavam em Brasília (8,0%) e na região metropolitana de Curitiba (7,8%).

Mesmo com a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e as mudanças nos padrões familiares brasileiros, a responsabilidade no cuidado dos afazeres domésticos ainda era predominantemente feminina em 2005. Entre as mulheres ocupadas 92% declararam cuidar de afazeres domésticos. De 1995 a 2005 foi observado um tímido aumento da participação dos homens no cuidado de afazeres domésticos (cerca de 2 pontos percentuais na população de 10 anos ou mais de idade) e uma variação um pouco menor entre a população ocupada (0,8 pontos

percentuais). A análise desses indicadores mostra que ainda está longe uma divisão igualitária de tarefas entre homens e mulheres no ambiente doméstico: em média as mulheres gastavam 25,2 horas semanais nessas atividades contra 9,8 horas dos homens.

Nota-se que ainda muitas mulheres brasileiras estão ainda ligadas aos velhos preceitos patriarcais, costumes tradicionais, onde a mulher é a principal encarregada pelo cuidado doméstico. Mas também a mudança de tal quadro é notável, com homens inseridos na divisão de tarefas domésticas, mulheres ingressando cada vez mais no mercado de trabalho, se qualificando com os estudos, tendo novas oportunidades de ocupar determinadas áreas no mercado de trabalho. De repente, a educação é a porta de entrada para o sucesso, para amancipação, para a libertação do patriarcado, não que o extinga, mas que se tenha condições práticas para questioná-lo.

5 A MULHER NA UNIVERSIDADE TIRADENTES CAMPUS PROPRIÁ/SE

Durante o mês de novembro de 2011 foram entrevistadas algumas alunas da Universidade Tiradentes Campus Propriá, necessariamente aquelas que trabalham e possuem uma família com quem moram, desde que nesta tenha uma figura masculina, como a do marido ou pai, ou que ela tenha filhos, a fim de analisar a condição da mulher no seio familiar. Possivelmente, por ser mulher, uma pessoa tem duplicação de tarefas, pois, além de

trabalhar fora de casa ainda fica como encarregada principal pelas tarefas domésticas, ora tem ajuda de algum homem, ora fica superatarefada em casa, pois, desde o início da sociedade industrial tradicional e patriarcal se definiu que “o caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona-de-casa” (PERROT, 2007, p. 114-115). Mas, não se conformando com esta assertativa preconceituosa há uma procura por melhor qualificação e desempenho profissional por parte das mulheres, que estão procurando a Universidade como forma de qualificação para o mercado de trabalho, para nele ser inserida através da educação superior, pois,

Mesmo que a opressão da mulher se dê nas várias esferas da sociedade, a influência da educação na diferenciação dos papéis entre homem e mulher é determinante.

Se se tomar a trajetória de uma mulher, ver-se-á que a situação de inferioridade feminina vai se dando desde a pequena infância, através da educação familiar sendo complementado pela escola, academias instituições tendo também a sua parcela de responsabilidade (ALBORNOZ e CARRION 1985, p. 42).

Também este modelo de educação sexista é seguido na Universidade, através da escolha dos cursos. De acordo com a pesquisa feita no controle acadêmico da Universidade Tiradentes campus Propriá-SE em 29 de setembro de dois mil e onze a quantidade de alunos matriculados por sexo são (observe a tabela):

Tabela 1: Número de alunos matriculados por sexo:

CURSO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO	0099	0079	0178
DIREITO	0158	0129	0287
SERVIÇO SOCIAL	0034	0199	0233
MATEMÁTICA	0020	0010	0030
Total	0311	0417	0728

Fonte: Controle acadêmico do Departamento Acadêmico da Unit, campus Propriá-SE, no período 2/2011.

Nota-se que o Curso de Serviço Social é majoritariamente feminino neste campus da universidade, contra os outros cursos da pesquisa, com maioria masculina, confirmando a tradicional atribuição destes ao homem.

A pesquisa foi feita com onze alunas dentre as cinquenta e quatro alunas dos últimos períodos dos cursos de Direito, Serviço Social, Administração e Matemática que estavam prestes a se formar⁵³. Delas quatro são casadas, três divorciadas e quatro solteiras. Dentre elas cinco têm filhos e contam todas as onze que tiveram apoio da família quando resolveram estudar, porém, a formas como chegaram à universidade e como vivem suas vidas de universitárias é que é diferente.

Mesmo não sendo o direito uma área destinada à mulher, em pesquisa presente no livro *Megatendências para as mulheres* (ABURDENE, 1993) 40% dos formandos em direito e 33% em medicina eram mulheres, ou seja, menos da metade mas uma quantidade considerável. Assim também o número de alunas cursando direito, administração e matemática na Unit campus Propriá é inferior ao número de alunos do sexo masculino, em contraposição com serviço social, que a maioria é mulher-, como se pode notar na tabela acima, pois,

Os homens, desde os primeiros anos escolares, são estimulados a se interessar pelas áreas de conhecimento valorizadas como mais racionais e técnicas, ao passo que as mulheres são estimuladas a se dedicarem às áreas compreendidas como mais ligadas às emoções e aos cuidados.

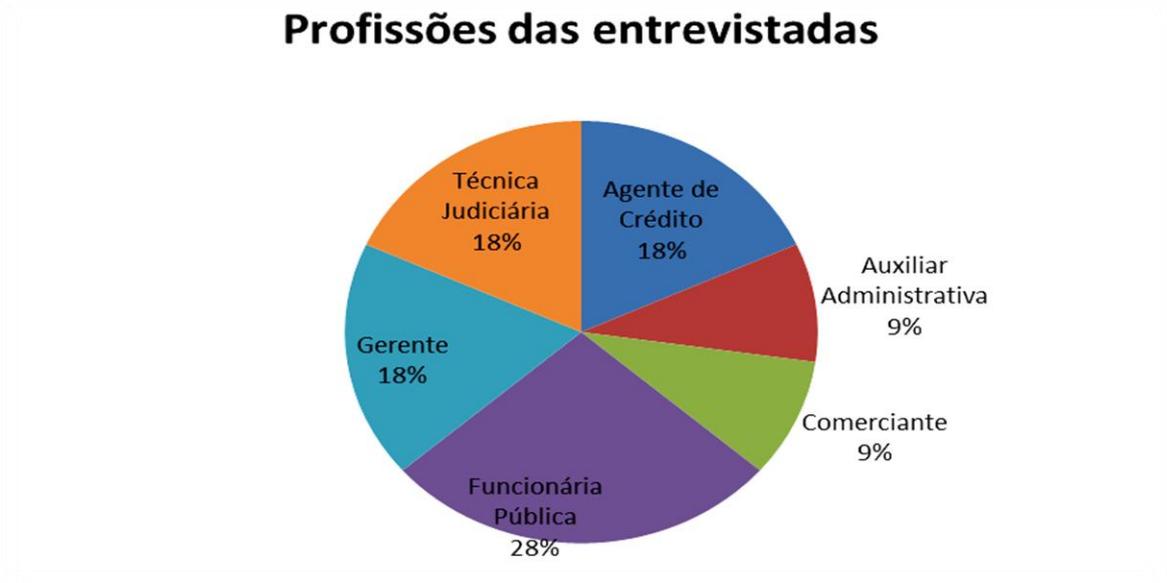
O resultado dessa diferença na socialização de meninos e meninas pode ser constatado na educação superior: enquanto as mulheres são mais de 90% nas áreas de assistência social e pedagogia, elas não chegam a 20% nas engenharias e informática. Separam-se espaços e funções, e se estruturam diferenças na valorização das áreas, carreiras e profissões, sendo que essas últimas são muito mais bem remuneradas do que as primeiras (III CNPM, 2011, p. 15).

Nota-se esta tendência na análise da tabela 1, onde a maioria dos alunos de Serviço Social são mulheres, pois este curso tem um histórico feminino.

⁵³ Não se deve esquecer que para este número de mulheres têm-se 41 homens

Seguindo os critérios desta pesquisa, de que todas estivessem inseridas no mercado de trabalho, o gráfico seguinte mostra quais são as profissões das entrevistadas, que se declaram independentes financeiramente.

Gráfico 1:



Fonte: Alunas da Unit, campus Propriá-SE, no período 2/2011.

Dentro deste quadro se nota que nenhuma das entrevistadas está dentro dos tradicionais empregos femininos tais como de enfermeira, secretária ou professora, mas, como destaca Aburdene (1993), é crescente o número de mulheres no mercado e nas empresas após a superação feminina na conquista de áreas que há décadas atrás eram predominantemente ocupadas por homens. E estão elas também presente nos bancos e na administração, pois a sociedade da informação, diferente da industrial, que valorizou mais a força física, valoriza o cérebro e o pensamento.

Foi constatado, a partir dos dados coletados pelos questionários que dentre as mulheres casadas a maioria possui renda igual à de seus esposos e a minoria diz que possui renda muito superior à deles-, como demonstra o gráfico a seguir. Dentre as divorciadas e solteiras, 50% fala que sua renda é superior na sua família, 25% diz que é a de seu pai e 25% fala que a renda familiar depende exclusivamente dela. Estes fatos demonstram que a figura da tradicional família nuclear que onde Giddens (2005) destaca que o homem é seu principal provedor não é mais regra geral como o era há anos atrás. Com relação ao salário de mulheres casadas, veja o gráfico a seguir:

Gráfico 2:

Comparação entre salário de mulheres casadas em relação ao salário de seu cônjuge



Fonte: Alunas da Unit, campus Propriá-SE, no período 2/2011.

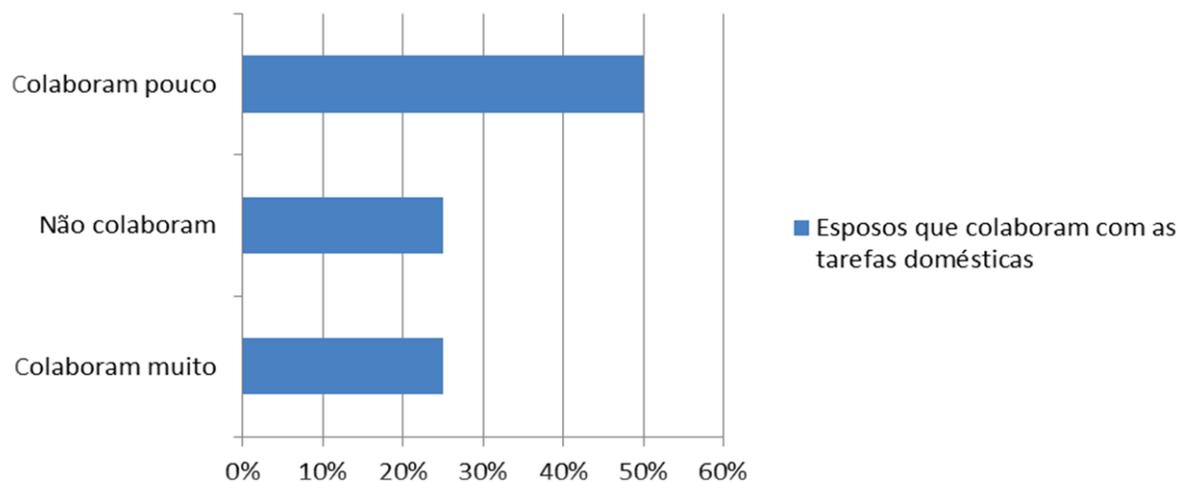
Mas no quesito divisão de tarefas domésticas, identificou-se que ainda existe alguma restrição por parte dos homens em colaborar na organização da casa. Sustentando a ideia de que as tarefas domésticas são responsabilidades das mulheres como é posto no Livro *Na condição de Mulher*:

(...) As diferenças não bastam para nos fazer muitíssimo diferentes umas das outras em nosso comportamento e papel social. Os problemas são peculiares conforme se trate da lavadeira moradora de vila operária, da professora no apartamento do centro, da mulher do executivo. Porém, há parecenças na situação: mais ou menos, todas lavam louça engraxada, limpam bunda de nenê, juntam sujeira em lata de lixo, fazem fila no supermercado, ou seja, tem uma atividade comum – o serviço doméstico. Alimentação e cuidado mesmo quando as mães trabalham fora de casa ou quando os companheiros compreensivos fazem o favor de ajudar (ALBORNOZ E CORRION,1985 p.12).

Nessa perspectiva, o gráfico que segue mostra bem a situação das mulheres casadas que foram entrevistadas em relação à partilha das atividades domésticas com seus esposos:

Gráfico 3:

Esposos que colaboram com as tarefas domésticas



Fonte: Alunas da Unit, campus Propriá-SE, no período 2/2011.

Assim, as mulheres, em todos os casos estão aptas para as tarefas domésticas, independente de ter ou não colaboração de homens. Pois, alguns deles colaboram pouco,

assim como uma acadêmica falou que seu cônjuge colabora, “(...) não o suficiente para considerar, ainda tenho que fazer a maioria das tarefas por ser mulher, esposa (A. C. E.)”.

De forma que uma das entrevistadas falou: “Não, e neste aspecto percebo que o homem ainda não vê a mulher como ser semelhante a ele. Está preparado para que a mulher seja cooperadora, e não para ele cooperar com ela no aspecto doméstico” (B. S).

As falas anteriores são de mulheres casadas. Por outro lado, entre as solteiras, estas se demonstram participantes nas tarefas domésticas também, assim como falam, todas elas, que os homens da família, como irmãos e pais não estão interessados nas mesmas.

Sempre visto, segundo Giddens como território feminino, o trabalho doméstico continua a ser destinado à mulher. Dessa forma, mesmo havendo uma maior inserção do homem neste território, a mulher continua a principal encarregada pelos mesmos, pois, “a renegociação das tarefas domésticas entre homens e mulheres vem acontecendo de forma mais lenta do que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho” (GIDDENS, 2005, p. 325). Mas, há uma clara percepção entre estas que os homens poderiam participar muito mais nas tarefas domésticas, porém não sentem-se tão forçados quanto elas por ser do sexo masculino, por não sentirem na pele a pressão que uma mulher sente.

Apesar da dura rotina, nota-se que algumas das entrevistadas mostram-se capazes de “dar conta” de quase tudo, se desdobrar, como mostram as respostas quando elas são interrogadas sobre seu rendimento diante de sua rotina repleta de trabalho, o que algumas responderam:

Eu não permito, apesar do cansaço, do sono, que meu rendimento caia. Eu, muitas vezes, choro, me estresso, grito, me acalmo e tento retomar de onde parei, pedindo forças a Deus e seguindo adiante (P. T.).

Assim, como a mesma diz, desempenha os papéis de filha, mãe, esposa, funcionária pública, dona-de-casa, amiga e estudante.

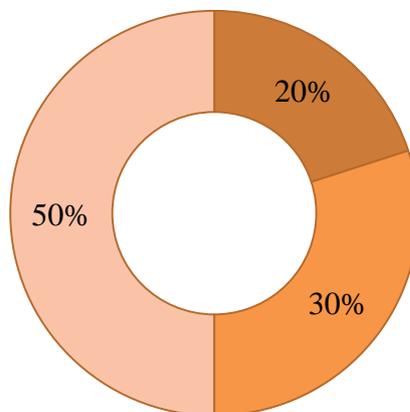
Posso responder relatando minha rotina de segunda a sexta: “05:30 h acordo, preparo o café, cuido da filha e esposo. Mando minha filha para a escola, o esposo vai trabalhar. Deixo o almoço pronto. De 08:00 h às 13:30 h trabalho. De 14:00 h às 15:00 h almoço e faço reforço escolar com minha filha. De 15:00 h a 17:30 h faço os trabalhos da universidade. 18:00 horas é hora de ir pra a Unit (J. M.).

Outras respondem que, muitas vezes, se desdobrar faz com que o rendimento nos estudos diminua, o que foi confirmado por 50% das entrevistadas (ver gráfico 4). De forma que:

Gráfico 4:

Nível de rendimento nos estudos das entrevistadas

■ Elevado ■ Médio ■ Baixo



Fonte: Alunas da Unit, campus Propriá-SE, no período 2/2011.

Sem dúvida a necessidade de desenvolver estas atividades paralelas às das universidades diminuem o meu rendimento universitário, principalmente em decorrência do cansaço e da falta de tempo (A. J.).

Assim nota-se que, independente do esforço pessoal, para muitas mulheres, talvez qualquer uma que trabalhe e estude, e especialmente que tenha filhos, seja uma tarefa difícil conciliar tantas jornadas de trabalho, até porque na maioria dos casos- ou em todos- as mulheres criadas no seio de uma sociedade patriarcal são de certa forma forçadas a, acima de tudo, cuidar dos afazeres domésticos e das crianças, dos doentes, dos idosos. Sem sombra de dúvidas não é fácil cuidar de tudo isso e não há tanta disposição pra estudar e trabalhar depois de uma grande carga de trabalho em casa, sem a colaboração de outras pessoas, é claro, mas mesmo havendo esta colaboração, na maioria das vezes uma mulher tem que supervisionar este auxílio.

Quando foi questionado às mulheres casadas e divorciadas o porquê de resolverem estudar e trabalhar depois de ter uma família formada, 15% relatou que já trabalhava e estudava quando constituiu uma família, o que mostra que algumas mulheres buscam uma profissão não apenas pra colaborar no sustento da casa como auxiliar do marido, e antes mesmo de casar buscam sua independência. E as outras 85% só começaram a trabalhar depois de casadas para contribuir com a renda da família. E 57% das solteiras falaram que queria contribuir para a renda familiar e por isso resolveu trabalhar, e 43% falou que trabalha e estuda pra se qualificar para o mercado de trabalho. Nota-se que muitas vezes “... a mulher é solicitada a trabalhar fora, muitas vezes para atender às necessidades de sobrevivência da família, ou para complementar o salário do homem” (ALBARNOZ e CARRION, 1985, p. 54). Porém, ela pode também optar pela inserção no mercado de trabalho em busca da realização pessoal a que o movimento feminista, entre os anos 1960 e 1970, estimulou as mulheres, e hoje o resultado é a busca cada vez maior por esta realização pessoal por parte de muitas mulheres que desejam emancipar-se, ser verdadeiramente dotadas de autonomia, longe das velhas visões preconceituosas do patriarcado, pois

A conquista da autonomia econômica e social é fundamental para alcançar a igualdade entre os sexos, pois, para além de significar a condição para ter seus próprios meios de sustento, a autonomia econômica é também essencial para que as mulheres possam decidir livremente sobre o destino de suas vidas, de que forma irão gastar o tempo de que dispõem, se têm condições de definir atividades profissionais, culturais, familiares, políticas ou de lazer, de não estruturar ou manter relações pessoais e afetivas a partir da dependência econômica e material (III CNPM, 2011, p. 9).

Assim, há uma verdadeira procura feminina pela tal libertação da secular opressão patriarcal que a mulher sofreu, mas alcançá-la não é viável sem esta autonomia, independência que o trabalho e a educação proporcionam. Para tanto, as mulheres pagam um preço, que às vezes é a discriminação, o preconceito.

Quando é feita a pergunta “você já sofreu algum tipo de preconceito em algum desses ambientes?” às entrevistadas 54,5% delas relata que nunca sofreu nenhum tipo de preconceito, mas 45,5% declara que já sofreu algum tipo de preconceito e discriminação em algum ambiente pelo fato de ser mulher e destas 80% no trabalho. Segundo a Revista Observatório Social (2004),

As mulheres brasileiras conquistaram espaços importantes após a promulgação da Constituição de 1988, principalmente no que diz respeito às políticas públicas. Em relação ao trabalho, contudo, os avanços esbarram no preconceito, na discriminação e no machismo que impera nas grandes empresas (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2004, p. 10).

As mulheres deparam-se com as velhas e novas formas de discriminação. Além das diferenças salariais, há os obstáculos ao seu acesso aos cargos mais elevados e qualificados do ponto de vista da valorização do trabalho e/ou cargos de chefia, onde estão presentes a concentração do poder e os melhores salários. Muitas vezes, quando as mulheres ocupam esses cargos, o posto de trabalho tende a ser menos valorizado. Além disso, existem as discriminações diretas e indiretas, como o estabelecimento de critérios para contratação que eliminam mulheres casadas e com filhos. O acesso e a permanência no emprego continuam vinculados a comprovação de não gravidez, limite de idade, experiência profissional e, em muitos casos, à religião, nacionalidade, etnia. No emprego, o assédio sexual e assédio moral no ambiente de trabalho se intensificam. E, de forma generalizada, nota-se as limitações para conciliar o trabalho com as responsabilidades com a família e a casa, devido à permanência da divisão desigual entre os gêneros (LIMA, apud OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2004, p. 15).

E Nas declarações das acadêmicas da Unit percebe-se que o preconceito ainda é muito presente nos dias atuais:

A função que exerço na empresa em que trabalho historicamente, sempre foi ocupada por homens, então no início me julgavam incapaz (T. C.).

Já trabalhei num local onde as mulheres não poderiam engravidar (M. M.).

Ao exercer uma determinada função de uma empresa fui substituída por um homem por me considerarem incapaz de pegar peso ou subir em escada (E. V.).

Mas Giddens (2005) mesmo ressalta que por ser mulher uma pessoa sofre perdas salariais ao longo de sua vida, especialmente se for mãe. Na pesquisa não se notam categorias como Giddens destaca tal como o emprego em meio turno, mas se notou a segregação por ocupação, e com isso a não permissão da mulher de ganhar mais, daí a disparidade salarial, o que, por outro lado não é regra geral, pois, como foi relatado na pesquisa na Unit, existem mulheres que têm salários maiores que o de seus maridos por estarem em profissões que tradicionalmente foram masculinas.

Em pleno século XXI e em uma sociedade ainda reproduz muito do passado, do machismo em diversos ambientes, inclusive nos locais de trabalho e nas universidades, através até mesmo da própria mulher.

Ser mulher é ser independente e ter conhecimento de tudo um pouco e aprender deveres domésticos, o qual não tenho nenhuma dificuldade, e realizar todos os sonhos (S. S.).

A pesquisa mostra que 63,5% das entrevistadas sonham com o sucesso profissional a independência financeira, reconhecimento do que faz tanto da família quanto da sociedade. Quando questionadas sobre o que é ser mulher uma delas respondeu:

Ser mulher é se realizar em todos os campos da vida, se tornar independente através do próprio trabalho, ser mãe e enfrentar todos os obstáculos que a vida oferecer (A. V.).

Assim, segundo Saffioti,

As brasileiras valorizam bastante a liberdade conquistada, porquanto a resposta à pergunta “Como é ser mulher hoje?” 39% ressaltaram sua inserção no mercado de trabalho e a independência que isto lhe confere; 33% referiram-se à liberdade de agir segundo seu desejo e, desta sorte, poder tomar decisões; apenas 8% mencionaram a conquista de direitos políticos, o que é verdadeiro desde a Constituição Federal de 1988, e a igualdade de direitos em relação aos homens [...]. O problema reside na prática, instância na qual a igualdade legal se transforma em desigualdade [...]. Na

caracterização de ser mulher também são apontadas tarefas tradicionais, estando 17% na valorização destes deveres e a mesma proporção (17%) em sua depreciação [...]. A dupla jornada de trabalho, somando-se aos serviços domésticos com o trabalho assalariado, é denunciada como negativa por 11% das investigadas (SAFFIOTI, 2004, p. 43).

Dessa forma, nota-se que a mulher reconhece o seu papel ou sua capacidade biológica, mas não espera mais pela tutela masculina, pois quer crescer como profissional e como pessoa. Ao ser questionadas sobre a existência de igualdade de direitos entre homens e mulheres 36,5% delas pensam que esta igualdade existe pelo simples fato de a sociedade atual ser “igualitária” e novos sujeitos terem oportunidades de forma que não sejam excluídos, como a mulher no mercado de trabalho e na universidade. Porém, 63,5% mostram que há igualdade por o fato de estarmos na era do respeito às diferenças, mas que a igualdade na prática não é efetivada devido à existência de preconceitos.

De acordo com depoimento de 27% das entrevistadas ficou claro o desejo de mudança nas formas de organizar suas vidas, dizendo elas que se pudessem as planejariam melhor e colocariam seus estudos antes da formação de uma família. Nota-se que de alguma forma ter uma família para uma mulher não é coisa fácil, mesmo em pleno século XXI, trabalhando e estudando para alcançar novos espaços, ainda a mulher é incumbida de grandes responsabilidades com a casa e com os filhos, inclusive com o marido, pois, segundo Perrot (2005), a causa principal da inferioridade da mulher é sua educação, ou mesmo a falta de uma educação de qualidade e que qualifique.

Assim, é através da educação superior que a mulher pode encontrar uma saída para sua qualificação, ela mostra que é capaz e se insere no mercado de trabalho, em cargos que antes e por critérios machistas eram atribuídos ao homem. Pois, segundo Giddens “Mulheres muito jovens que tenham boas qualificações têm hoje as mesmas chances de homens com essas mesmas condições de arranjam empregos lucrativos” (GIDDENS, 2005, p. 320).

Hoje em dia muitas mulheres estão sim conseguindo a equidade, mas não porque lhe é dada oportunidade de se mostrar capaz através de leis constitucionais, mas porque estas não descansam na busca da mesma.

Então está claro que foi a luta feminina e somente a partir da libertação da mulher do pensamento machista e conservador, adquirindo posicionamento político e abrindo a visão para novos horizontes que a mulher tem hoje acesso ao ensino superior, a profissões tipicamente masculinas, à própria descoberta de se e de suas capacidades físicas e intelectuais, a políticas públicas que lhe possibilitam a cidadania. E não são as atividades domésticas incluídas em sua rotina de trabalhadora e de universitária que lhe impedem de crescer. O que tem que acontecer é a mudança que elas podem iniciar em casa mesmo, como educa seus filhos, que não seja ela uma peça da grande máquina do patriarcado⁵⁴.

É claro que são muitas dificuldades encontradas pela mulher à sua qualificação, esta negada pela sociedade industrial, mas uma mulher instruída é um portal para um mundo não machista, renovado, sem preconceitos de sexo, de gênero ou de outra natureza. Agora é a hora de a mulher ser protagonista de sua própria história e da história da humanidade, fazendo mais e melhor por ela, por sua família, pelo seu trabalho, em sua qualificação e pode então andar ao lado do homem, em termos de igualdade e a única diferença será apenas o sexo, algo biológico, algo indispensável à continuação da existência da espécie humana no planeta.

⁵⁴ Segundo Saffioti, 2004.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo analisar o perfil das mulheres da Universidade Tiradentes e os motivos por que levaram as mesmas à sua inserção na universidade, saber como é vivida sua dupla jornada trabalho família, e mais o estudo, ao longo da sua trajetória de mulher, que pelo sexo feminino tem grande chance de ser presa aos velhos preceitos patriarcais que predominaram e estão presentes em muitas sociedades ocidentais. Isto só foi possível após um breve estudo da condição feminina na história, sua inserção nos movimentos de mulheres em busca de políticas públicas e sua inserção no mercado de trabalho.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, na discussão de Nogueira (2004), trouxe a questão da sua emancipação por estar neste mundo inserida, mas também mostrou que este fato conduziu a uma dupla exploração, com parte da classe trabalhadora e como uma pessoa do sexo feminino, intensificando a precarização do mundo do trabalho. Tendo em vista que as mulheres estão expostas à discriminação e afastamento de certos cargos elevados, e com um olhar ambicioso, muitas delas buscaram uma melhor qualificação através da educação para ocupar espaços no mundo atual, para ter sua emancipação. Assim, na Universidade Tiradentes, muitas mulheres trabalham e vivem com sua família, ou seus pais ou esposos e filhos, mas vivem numa sociedade um tanto patriarcal, que designa papéis para os homens e as mulheres, estes estando sujeitos a segui-los. Desta forma, nota-se que muitas têm sua independência financeira, pois trabalham, buscam algo a mais para seu futuro pois estudam e convivem com pessoas- homens e mulheres- que constituem uma família, que podem lhe apoiar ou não, que lhe representa papeis, de acordo com seus sexos, contribuindo para a reprodução de um sistema de dominação-exploração capitalista em que vivem. Mas podem elas contestarem, formando em si uma consciência crítica, que questione este sistema.

Gênero é uma construção social que transforma o ser humano em homem ou mulher nas relações sociais. Dentro desta perspectiva de Saffioti (2004) estão as vivências dos sujeitos que levam para os ambientes por onde anda suas experiências pessoais, e tendem a reproduzi-las. Assim, mulheres podem seguir os parâmetros que vivenciaram, comportando-se como lhes foi imposto por ser mulher, aceitando o que é imposto porque se julga mais apropriado, como por exemplo ver seus colegas homens subindo de cargo na empresa na qual trabalha, e ela sendo competente nunca tem esse privilégio. Mas sabe-se que cada pessoa tem seu potencial humano a ser descoberto, trabalhado, admirado. Como seres humanos as pessoas vivem criando, independente de ser homem ou mulher, e apesar dessas diferenças, o ser humano tem consciência do que faz, suas ações são planejadas até sua execução. Logo, as pessoas têm capacidade para modificar também, de levar esta regra para as relações de gênero.

Através da pesquisa se pode perceber que a maioria das mulheres mesmo que com muita dificuldade conseguem conciliar afazeres domésticos universidade e trabalho na esfera pública, provando, ao contrário do que os machistas pensam, ser elas capazes apenas de realizar as tarefas domésticas. Algumas dividem estas com seus esposos, mostrando que as atribuições do doméstico estão também do alcance dos homens, e que por estes as executar não deixam de ser homens, mas estão contrariando o patriarcado, que por muito tempo na história predominou nas relações de gênero e na atualidade se encontra inserido também nas relações de trabalho, e pode influenciar na vida acadêmica das mulheres, que ficam, muitas delas, superatarefadas, como se as conseqüências de ter adentrado no mundo então considerado masculino através da história fossem o preconceito e o não reconhecimento de suas capacidades, como se este mundo não lhes pertencesse, de forma que ela tem de continuar com as tradicionais tarefas femininas.

Hoje em dia, de forma geral, no Ocidente, legislações afirmam que a mulher tem o mesmo direito ao homem em direitos e em obrigações, e de fato ela tem grande chance de conseguir esta equidade. Mas, na prática não é bem assim, nem sempre. Cabe a ela lutar por seus direitos, nos movimentos de mulheres, e junto à classe trabalhadora. Muito já se conquistou por este caminho, mas é preciso muito mais, é preciso que a própria sociedade se transforme, que seu modo de produção não mais exclua. Por enquanto o capitalismo vai excluir, explorando.

Foi a luta feminina e somente a partir da libertação da mulher do pensamento machista e conservador, adquirindo posicionamento político e abrindo a visão para novos horizontes que a mulher tem hoje acesso ao ensino superior, a profissões tipicamente masculinas, à própria descoberta de si e de suas capacidades físicas e intelectuais. E não são as atividades domésticas incluídas em sua rotina de trabalhadora e de universitária que lhe impedem de crescer. O que tem que acontecer é a mudança que elas podem iniciar em casa mesmo, como educa seus filhos, que não seja ela uma peça da grande máquina do patriarcado (SAFIOTTI, 2004).

É claro que são muitas dificuldades encontradas pela mulher à sua qualificação, esta negada pela sociedade industrial, mas uma mulher instruída é um portal para um mundo não machista, renovado, sem preconceitos de sexo, de gênero ou de outra natureza. Agora é a hora de a mulher ser protagonista de sua própria história e da história da humanidade, fazendo mais e melhor por ela, por sua família, pelo seu trabalho, em sua qualificação e pode então andar ao lado do homem, em termos de igualdade e a única diferença será apenas o sexo, algo biológico, algo indispensável à continuação da existência da espécie humana no planeta.

Assim, o fato de que a mulher luta incansavelmente por seus direitos e tem consciência de sua importância para a sociedade, tendo a visão do mundo identificando os

vários ângulos por que se pode enxergar a sociedade, é uma ponte de ligação para a classe feminina, através da qual esta poderá ir muito além do que se pensa ser o ponto máximo de suas conquistas. É claro que ela nunca pode deixar de ser crítica e ter seu posicionamento, pois é a partir daí que se deu o primeiro passo para alcançar as atuais conquistas.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, Maria Cristina de Oliveira Athayde. **O movimento feminista nas páginas dos jornais feministas do Brasil e da Argentina: *Nós Mulheres, Mulherio e Persona em cena. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder***, Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

ALBORNOZ, Suzana (Coord.); CARRION, Conceição (Colab.) et AL. Na condição de mulher. RS: Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, 1985.

AMORIM, Judite Maria de. HISTORICISANDO A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, E UM BREVE OLHAR, NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB, UMA RELAÇÃO DE GÊNERO... IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade ISSN 1982-3657. Universidade Estadual da Paraíba, Grupo Flor e Flor. Laranjeiras, Sergipe, 2010. Brasil. Disponível em: http://www.educonufs.com.br/ivcoloquio/cdcoloquio/eixo_07/e7-15.pdf. Acesso em: 26/09/2011.

ABURDENE, Patricia; NAISBITT, John. Megatendências para as mulheres. Tradução de Magda Lopes. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. – Megtrends for Women, 1992. Conteúdo parcial: Mulheres Brasileiras: caminhos e tendências. Por Judith Patarra. ISBN 85-85363-74-6.

ALAMBERT, Zuleica. **Feminismo: o ponto de vista marxista** – São Paulo: Nobel, 1986.

ALONSO, Gláucia de Lima D'. Trabalhadoras brasileiras e a relação com o trabalho: trajetórias e travessias. Universidade Estadual Paulista, Brasil. Versão On-line. ISSN 1870-350X. Psicol. Am. Lat. n.15. México dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1870-350X2008000400003&script=sci_arttext. Acesso em 26/09/2011.

ALVES, Bruno Franco; GUIMARÃES, Marina Oliveira. A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro: direitos, desigualdades e perspectivas. UNISUAM | Centro Universitário Augusto Motta. Revista Augustus | Rio de Janeiro | ARTIGOS Vol. 14 | N. 28 | Agosto de 2009 | Semestral. Disponível em: http://www.unisuam.edu.br/augustus/index.php?option=com_content&view=article&id=54:a-insercao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-brasileiro-direitos-desigualdades-e-perspectivas&catid=27:edicao-28&Itemid=90. Acesso em: 25/09/2011.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Inserção social e exclusão política das mulheres brasileiras. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/insercao_social_e_exclusao_politica_das_mulheres_jul09.pdf. Acesso em: 05/10/2011.

ALVES, Heloisa Costa de Oliveira; CELESTINO, Anatólia Menezes; SANTOS, Joelma de Oliveira. **Rede de enfrentamento e combate à violência contra a mulher no município de Santa Luzia do Itanhi (SE).** UNIVERSIDADE TIRADENTES. Estância, 2011. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/rede-de-enfrentamento-e-combate-a-violencia-contra-a-mulher-no-municipio-de-santa-luzia-do-itanhi-se/69922/>. Acessado em: 25/09/2011.

ALVES, Sibeles Quiroz da Cunha. **A mulher no contexto trabalho/família: jornada dupla ou desafio?** (Monografia). Universidade Potiguar – UNP, -Natal- RN- 2002. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/cab3f008df2e175e03256d110062efc4/09c058516e8470a003256fa90077639c/\\$FILE/NT000A4466.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/cab3f008df2e175e03256d110062efc4/09c058516e8470a003256fa90077639c/$FILE/NT000A4466.pdf). Acessado em: 25/09/2011.

ALTTIMAN, Cristina Navarro; COSTA, Simone de Góes. Revolução feminina: as conquistas da mulher no século XX. Faculdade Eça de Queirós. Jandira- SP- 2009. Disponível em: <http://www.faceq.edu.br/doc/Revolucao%20Feminina%20as%20conquistas%20da%20mulher%20no%20seculo%20XX.pdf>. Acesso em 29/09/2011.

AMORIM, Judite Maria de. A MULHER E A EDUCAÇÃO: DA EXCLUSÃO A ASCENSÃO, UMA QUESTÃO DE GÊNERO. II Seminário Nacional gênero e práticas culturais: culturas, leituras e representações. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Disponível em: <http://itaporanga.net/genero/gt1/32.pdf>. Acesso em 26/09/2011.

Anais do II Encontro Maranhense de História da Educação. – São Luís: EDUFMA, 2009. <http://www.nedhel.ufma.br/anais.pdf>. Acesso em: 01/10/2011.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho, Ed. Cortez/Ed. Unicamp, São Paulo, 1995.

ATHAYDE, Maria Cristina de Oliveira. **O movimento feminista nas páginas dos jornais feministas do Brasil e da Argentina: Nós Mulheres, Mulherio e Persona em cena. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder.** Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. (UFSC). Disponível em: http://www.maismulheresnoperbrasil.com.br/pdf/Sociedade/O_movimento_feminista_nas

paginas%20dos_jornais_feministas_do_Brasil_e_da_Argentina_Nos_Mulheres_Mulherio_e_Persona_em_cena1.pdf. Acesso em 27/09/2011

AZERÊDO, Sandra. Preconceito contra a mulher: “diferenças, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2007.

BLAY, Eva Alterman; CONCEIÇÃO, Rosana R. da. A mulher como tema nas disciplinas da USP. Cad. de Pesquisa n° 76, fev. p. 50-56, 1991.

BUONICORE, Augusto César. A luta de libertação das mulheres e o socialismo. Grabois.org. São Paulo, 2010. Disponível em: http://grabois.org.br/portal/revista.int.php?id_sessao=9&id_publicacao=102&id_indice=339. Acesso em: 05/10/2010.

BOUNICORE, Augusto César. AS MULHERES E OS DIREITOS POLÍTICOS NO BRASIL. Portal Vermelho, 2009. Disponível em: <http://marciacsilva.wordpress.com/2009/03/08/as-mulheres-e-os-direitos-politicos-no-brasil/>. Acesso em 10/10/2011.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 4ª edição. Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1970.

BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar, Namo de. **O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro**. Fundação Carlos Chagas, *Cadernos de Pesquisa*, n° 15, p. 47-77, 1975. Disponível em: <http://www.faceq.edu.br/doc/Revolucao%20Feminina%20as%20conquistas%20da%20mulher%20no%20seculo%20XX.pdf>. Acesso em 10/10/2011.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A pesquisa sobre representações sociais no contexto do Serviço Social. *Emancipação*, 1 (1): 71-76, 2001. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/25>. Acesso em: 12/10/2011.

BEZERRA, Nathalia. **Mulher e universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade**. FECLESC /UECE. Disponível em: <http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/420-07082010-184618.pdf>. Acessado em: 25/09/2011.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação masculina. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 1999. Disponível em: <http://www.metodista.br/ppc/netmal-in-revista/netmal01/a-dominacao-masculina-apontamentos-a-partir-de-pierre-bourdieu>. Acessado em: 25/09/2011.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A pesquisa sobre representações sociais no contexto do serviço social. *Emancipação*, 1 (1): 77-88, 2011.

CAMPOS, Rafaela Hass de. **Questão de Gênero no Ensino Superior**. Cadernos da Escola de Negócios, Curitiba, 2007. Disponível em: <http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/negociosonline/article/viewFile/158/113>. Acessado em: 25/09/2011.

CAMPOS, Rafaela Hass. QUESTAO DE GENERO. N. Especial. REV OBS SOCIAL. N 5.2004.

CAMPOS, Marta Silva; TEIXEIRA, Solange Maris. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. *Revista Katál*, Florianópolis, v.13 n.1 p. 20-28, jan./jun.2010.

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. **A inserção da mulher no mercado de trabalho e a questão de gênero**. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA31/terezinhav3n1out2002.pdf>. Acessado em: 25/09/2011.

CASTRO, Mara Brandão de. Mulheres no Mercado de Trabalho: Educação e Questão de Gênero. Centro Universitário do Norte-UNINORTE. Manaus-Amazonas, julho,2009. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABX0EAH/mulheres-no-mercado-trabalho-educacao-questao-genero>. Acesso em: 29/09/2011.

CHAUÍ, Marilena. Convite á filosofia. 13º ed. São Paulo: Ática, 2005.

CASTRO, Mara Brandão de. **Mulheres no mercado formal de trabalho e educação e questão de gênero** (Trabalho de Conclusão de Curso. UNINORTE- Centro Universitário do Norte, 2009. Manaus – Amazonas. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABX0EAH/mulheres-no-mercado-trabalho-educacao-questao-genero>. Acessado em: 25/09/2011.

COELHO, Maria José H. Oh! Linda imagem de mulher. *Revista Observatório Social*, Florianópolis, ano 2, n. 5, p. 68-70, março 2004.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *cadernospagu* (16) 2001: pp.13-30.

CORTIZO, Mariadel Carmen; GOYENECHE, Priscila Larratea. Judicialização do privado e violência contra a mulher. *Revista Katálisis*, Florianópolis/UFSC/UFSC, v.13, n.1 p. 102-109. jan./jun. 2010.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Teoria e Práxis Feministas na Academia: Os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS*. Ano 2/94. P. 387-400. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16171>. Acesso em: 20/09/2011.

CRUZ, Maria Helena Santana. Trabalho, gênero, cidadania: Tradição e modernidade. - São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criticidade. 28 ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DINIS, Nilson Fernandes. **Educação, relações de gênero e diversidade sexual**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago, 2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em: 25/09/2011.

DUARTE, Constância Lima. MULHER, MULHERES. Feminismo e literatura no Brasil. MySciELO. *Estudos Avançados*. Estud. av. vol.17 n. 49 São Paulo Sept./Dec. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>. Acesso em: 25/09/2011.

FISCHER, Izaura Rufino; MARQUES, Fernanda. Gênero e exclusão social. Trabalhos para discussão n. 113/2001. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.html>. Acesso em: 06/10/2011.

FILHO, José Rômulo de Magalhães; OLIVEIRA, Nenrod Douglas de. Oficina de pesquisa científica: do projeto à monografia sem estresse- Aracaju: Edição dos autores, 2009.

FONTENELE-MOURÃO, Tânia; GALINKIN, Ana Lúcia. **O que pensam as mulheres no topo da carreira?** P.144 a 155. Em ARAUJO, Adriane Reis de; FONTENELE-MOURÃO, Tânia (organizadoras). **Trabalho e mulher: mitos, riscos e transformações.- são paulo: ltr, 2007.**

FUSER, Marina Costin.**Marxismo e Emancipação da Mulher**.PUC-SP. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/coloquio/Docs/gt2/Mesa4/marxismo-e-emancipacao-da-mulher.pdf>. Acessado em: 25/09/2011.

FARIA,Nalu. Folha Feminista Boletim da SOF na luta feminista - Novembro 2009 nº 69 - ISSN 1516-8042. Disponível em:<http://www.sof.org.br>. Acesso em: 28/09/2011.

FUSER, Marina Costin. **Marxismo e Emancipação da Mulher**. PUC-SP. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/coloquio/Docs/gt2/Mesa4/marxismo-e-emancipacao-da-mulher.pdf>. Acesso em: 25/09/2011.

FECLESC, Nathalia Bezerra. **Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade**. Disponível em: <http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/420-07082010-184618.pdf>. Acessado em: 25/09/2011.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GODOY, Andréia Salazar de; ZOLIN, Lucia Osana. **A representação da mulher na contemporaneidade**. XI Encontro Anual de Iniciação Científica - de 1 a 4/10/2002 - Maringá – PR. Universidade Estadual de Maringá/Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Disponível em: http://www.ppg.uem.br/Docs/pes/eaic/XI_EAIC/trabalhos/arquivos/11-0756-0.pdf. Acessado em: 25/09/2011.

GOMES, Maria de Fatima Cabral Marques. **O Serviço Social na área da Habitação- da tutela a mediação**. Universidad de Costa Rica, 2009. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-017-084.pdf>. Acesso em: 25/09/2011.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. Normas para Referências, Citações e Notas de Rodapé da Universidade Tiradentes. Aracaju: UNIT, 2003.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de monografia da universidade Tiradentes.aracaju: UNIT, 2003

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do serviço social. Revista Katál, Florianópolis,v.13 n.1 p. 126-132, jan./jun.2010.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. Nova Economia_Belo Horizonte_14 (2)_35-58_maio-agosto de 2004. Disponível em: <http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n2/140202.pdf>. Acesso em: 10/10/2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.- 11 ed.- São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE. IBGE detecta mudanças na família brasileira. Comunicação Social 20 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=774. Acessado em: 25/09/2011.

III Conferência nacional de Políticas para as Mulheres (CARTILHA). Brasília, setembro de 2011.

IVORY, Willim. *Revolução em Dagenham* (filme). Direção: Mark Kermode, BBC. 113 minutos. Reino Unido, Sony Pictures, 2010.

LASTRES, Helena Maria Martins; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. **Gênero no sistema de ciência, tecnologia e inovação no Brasil.** Revista Gênero, vol. 1/2004, p. 1 a 29. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/02112009-010012melolastresmarques.pdf>. Acessado em: 25/09/2011.

Lima, Maria Ednalva Bezerra de (ENTREVISTA). Diretora Executiva da Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT fala a respeito da organização das mulheres. Revista Observatório Social, Florianópolis, ano 2, n. 5, p. 14-17, março 2004.

LIMA, Rita de Lourdes; ET AL. Trabalho doméstico e desproteção previdenciária no Brasil: questões em análise. Revista Katálysis, Florianópolis, v.13, n.1 p. 40-48. jan./jun. 2010.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social - encontros e desencontros ao longo da história da profissão. Revista Katál, Florianópolis /UFSC, v.13, n.1 p.66-75 jan./jun.2010.

LUCHMANN. Lígia Helena Hahn. ALMEIDA. Carla Cecilia Rodrigues. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. . Revista Katál, Florianópolis/UFSC/UEM, v.13, n.1 p.86-94 jan./jun.2010.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MANFRINI, Daniele Beatriz. **Intervenção do SSO no Ministério Público: Instrumentalidade e Questões de gênero.** (Ministério Público de Santa Catarina – MPSC). ST 11 – Exclusão social, poder e violência. FAZENDO GENERO 8- CORPO, VIOLENCIA E PODER. FLORIANOPOLIS, 2008. Disponível em:

[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Daniele Beatriz Manfrini 11.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Daniele_Beatriz_Manfrini_11.pdf). Acesso em 05/11/2011.

MARCASSA, Luciana. A origem da família, da propriedade privada e do Estado – Friedrich Engels. (resumo). Disponível em: <http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/article/viewFile/202/200>. Acesso em: 15/09/2011.

MARÍAS, Julián. A mulher no século XX [Tradução: Diva Ribeiro de Toledo Piza].- São Paulo: Convívio, 1981.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl – **O capital: crítica da economia política**: livro I, vol. 2/ Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant’Anna. – 16^o ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MELO, Carmen Lúcia de; MELLO, Guiomar Namó de. **O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro**. Cadernos de pesquisa 15.1975. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/278.pdf>. Acesso em: 25/09/2011.

MIGUEL, Luis Felipe Miguel; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. Universidade de Brasília, Estudos Feministas. Estudos Feministas, Florianópolis, 18(3): 336, setembro-dezembro/2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=38118773003>. Acesso em: 28/09/2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. SP/RJ, 4ª Ed., HUCITEC, 1996.

MAGALHÃES, Belmira; SILVA, Geice. A mulher no trabalho, na família e na universidade. Revista eletrônica arma da crítica. Ano 2. Número 2, Março. 2010. Disponível em: <http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/12-%20a%20mulher%20no%20trabalho%20na%20familia%20e%20na%20universidade-%20belmira%20magalhaes%20e%20geice%20silva.pdf>. Acesso em: 25/10/2011.

NASCIMENTO Cecília Vieira do; OLIVEIRA, Bernardo J. O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher. Cadernos Pagu(29), julho-dezembro de 2007:429-457.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho- entre a amancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 1 ed., 2004 a.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho- entre a amanciiação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 1 ed., 2004, 112 p. Resenha de Maria Beatriz Costa Abramides. Serviço Social & Sociedade nº 80. Ano XXV- novembro 2004.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho- entre a amanciiação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 1 ed., 2004. Resenha de Altamiro Borges. Revista Espaço Acadêmico- Nº 44- Janeiro de 2005.

NOGUEIRA, Heloísa; GODINHO, Tatau; SOARES, Vera. Gênero nas administrações: desafios para prefeituras e governos estaduais. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2000.

OLIVEIRA, Márcia Terezinha Jerônimo. **A feminização no campo jurídico: alunas pioneiras da Faculdade de Direito de Sergipe (1951 a 1955)**. II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: culturas, leituras e representações. Universidade Federal de Sergipe – UFS, 2009. Disponível em: <http://itaporanga.net/genero/gt1/40.pdf>. Acessado em: 25/09/2011.

ORNELLAS, Thuê Camargo Ferraz de; MONTEIRO, Maria Inês. Aspectos históricos, culturais e sociais do trabalho. Revista Brasileira de Enfermagem- REBEn, jul-ago 2006, 59(4): 552-5.

PINTO, Céli Regina. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p. Resenha de São OTTO, Clárcia.- Rev. Estud. Fem. vol.12 no.2 Florianópolis May/Aug. 2004. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200015. Acesso em 15/09/2011.

PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Instituto Catarinense de Pós-Graduação –ICPG-. Gestão Estratégica de Recursos Humanos.ANO Disponível em: <http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf>. Acessado em: 25/09/2011.

PEDRO, Joana Maria; MELLO, Soraia Carolina de; OLIVEIRA, Veridiana Bertelli Ferreira de. **O feminismo marxista e o trabalho doméstico: discutindo com Heleieth Saffioti e Zuleika Alambert**. História Unisinos. 9(2):132-138, Maio/Agosto 2005. Disponível em: http://printfu.org/read/o-feminismo-marxista-e-o-trabalho-domestico-discutindo-com--a01e.html?f=1qeYpurpn6Wih-SUpOGunKmh7uP3Mrh0dPZ5dbdINPW393V4urGIM2F35Ld4NXI1tnN24_a1OErDuPm0tHjoJXRzt_S69nd1snfkszd4Yajm5OOqumfpqKH5OaLqeeqpp6fjtnr2OjV1cDCztrZiLDgn52p mMuWo9iqo5mfrojd4dncqaWU69_cnufX1-

[fP49zYmtHolOTdx9zbzM_X1drgxM_Y29Po0cvZ1crho8_izszR4qXY6NfX2dfcnefb4s7X1d7Vzd3b2d_k0s-j3OTZntqopcbm3JWm0dnT2Njkm9XQ1Zig8Q](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST49/Pellucio-Silva_49.pdf). Acessado em: 25/09/2011.

PELLUCIO, Gabrielle; NASCIMENTO, Maria das Graças Silva Nascimento. **Gênero e Ciência na Universidade Federal de Rondônia**. Fazendo gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Mulheres; Produção científica; Universidade Federal de Rondônia. ST 49: Gênero, cultura e desenvolvimento: um debate na Amazônia, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST49/Pellucio-Silva_49.pdf. Acessado em: 25/09/2011.

PEDRO, Joana Maria. **Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância**, 2005. História Unisinos9(3):170-176, Setembro/Dezembro 2005. III Jornada de Estudos de Gênero entre 8 e 31 de março de 2005, em São Leopoldo – RGS, UNISINOS, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_historia/vol9n3/art2_joana.pdf. Acessado em: 25/09/2011.

PACHECO, Maria da Glória. O feminismo “bem comportado”: trajetória de conquista do voto feminino no Maranhão (1900-1934). *História, imagem e narrativas*. No 5, ano 3, setembro/2007 – ISSN 1808-9895 - <http://www.historiaimagem.com.br>. Acesso em 24/09/2011.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história* [Tradução: Viviane Ribeiro]. - Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres* [Tradução: Angela M. S. Côrrea]. – São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Céli Regina. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POUGY, Lilia Guimarães. Desafios políticos em tempos de Lei Maria S Penha. Revista Katál, Florianópolis/UFRJ, v.13 n.1 p.76-85 jan./jun.2010.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasília, 1988. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 05/11/2011.

PRESIDÊNCIA. II PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, VERSÃO COMPACTA, REIMPRESSÃO, 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/61073253/Plano-Nacional-d-Epoliticas-Para-Mulheres>. Acesso em: 28/03/2011.

PRESIDÊNCIA. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/>. Acesso em: 25/03/2011.

PRESIDÊNCIA. II PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2008

Priore, Mary Del. Historia das mulheres no Brasil. Org. Carla bassanezi (coord de textos). 8 edição SÃO PAULO, CONTEXTO, 2006.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Mulheres no ensino superior no Brasil**. Uneb e UFBA. ANO. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0301t.PDF>. Acessado em: 25/09/2011.

RABAY, Gloria Freire; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E GÊNERO: **PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO PARLAMENTO BRASILEIRO E PARAIBANO**. ORG & DEMO, Marília, v.12, n.1, p. 81-94, jan./jun., 2011. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/776/677>. Acesso em: 25/09/2011.

RAGO, Margareth – Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORI, Mary (org), BASSANEZI, Carla (coord. de texto) - **História das mulheres no Brasil**. 3º ed. – São Paulo: Contexto, 2000. p. 578 – 606.

Revista Observatório Social. A mulher no mercado de trabalho. Florianópolis, ano 2, n. 5, março 2004.

ROCHA, Olívia Candeia Lima. Feminismo, relações de gênero e subjetividades - ST 33. UFPI. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. V. 18, Nº 36: 15-23 JUN. 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/O/Olivia_Candeia_Lima_Rocha_33.pdf. Acesso em: 29/09/2011.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. **Considerações sobre as reivindicações feministas. Da diferença à igualdade.** CSOnline. Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Ano 2, volume 4, Agosto de 2008, p. 132 a 143. Disponível em: <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/view/381>. Acessado em: 25/09/2011.

SANTOS, Mara de Moraes dos. OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital; limites, contradições e avanços. . Revista Katál, Florianópolis /UFRN, v.13, n.1p. 11-19 jan./jun.2010.

SANCHES, Solange. As mulheres no mercado de trabalho brasileiro: desigualdade e mudança. Revista Observatório Social, Florianópolis, ano 2, n. 5, P. março 2004.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SEPPM). Cartilha “Gênero, Sexualidade e Direitos das Mulheres”. ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL. Marka Editora Gráfica Ltda, 2008. Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/cartilha_genero_2008.pdf. Acesso em 06/04/2011.

SEGNINI, Liliana. Diferenças entre homens e mulheres traduzidas em desigualdades nas relações de gênero. Revista Katál, Florianópolis, v.13, n.1 p. 09-10, jan./jun.2010.

SANTOS, Maria Clara Curado. **A MULHER NA HISTÓRIA.** ACTAS DOS COLÓQUIOS SOBRE A TEMÁTICA DA MULHER (1999-2000). **Colaboradores:** José Nunes Carreira, José Augusto M. Ramos, ET AL. Câmara Municipal da Moita / Departamento de Ação Sócio-Cultural, 1ª edição,2001.

SCORZAFAVE, Luiz Guilherme; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. **Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes.** Pesq. Plan. Econ., Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 441-478, dez. 2001. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/151/86>. Acesso em: 05/10/2011.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Do artesanal ao Industrial: a exploração da mulher. Editora Hucitec. São Paulo, 1981.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** 1ºed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital; limites, contradições e avanços. . RevistaKatál, Florianópolis /UFRN, v.13, n.1p. 11-19 jan./jun.2010.

SCHUMAHER, Schuma. CNDM, uma visão histórica. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2004.

SOUZA, Itamar. A MULHER NA IDADE MÉDIA: a metamorfose de um status. Revista da FARN, Natal, v.3, n.1/2, p. 159 - 173, jul. 2003/jun. 2004. Disponível em: <http://www.revistafarn.inf.br/revistafarn/index.php/revistafarn/article/view/97/109>. Acesso em: 25/09/2011.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** In: Revista **Educação e Realidade**. Porto Alegre: 20(2): 71-99, jul/dez, 1995. Disponível em: http://www.archive.org/stream/scott_gender#page/n0/mode/2up. Acesso em: 27/09/2011.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova história crítica: ensino médio: volume único.** - 1 ed.- São Paulo: Nova Geração, 2005.

Secretaria Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC Brasil. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/menu/historia.html>. Acesso em: 15/03/2011.

SOUZA, Vera Lúcia Nascimento de. **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: Uma reflexão sobre as conseqüências da precariedade de programas de proteção social. UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, BELÉM - 2001. Disponível em:**[http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/violencia contra a mulher.pdf](http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/violencia%20contra%20a%20mulher.pdf). **Acesso em 09/11/2011.**

STORNIOLO, Ivo Storniolo; BALANCIN, Euclides Martins. Bíblia Sagrada. São Paulo, Paulus, Edição Pastoral, 2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, Primeira Edição, 1993. Coleção Tudo é História, volume 145.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres.** São Paulo: Brasiliense, 2007. Coleção Primeiros Passos (321).

TOURAINÉ, Alain. O mundo das mulheres. Tradução de Francisco Moras. 2. Ed. Revista.- Petrópolis, RJ: VOZES, 2010.

UNIVERSIDADE TIRADENTES- UNIT. Controle Acadêmico: quantidade de alunos matriculados por sexo em 29/09/2011.

ZILLI, Susan Mara. Mulher, discriminação e direito do trabalho. Revista Observatório Social, Florianópolis, ano 2, n. 5, p. 54-55, março 2004.